

Gypsies ou *Roma*? Denominadores comuns e codificação política em Toronto, Canadá

MIRIAN ALVES DE SOUZA¹

Para atender aos ciganos que chegam ao Canadá pedindo refúgio, foi criado o *Roma Community Center*², em Toronto, no final da década de 1990. Atualmente, esta associação é reconhecida como um canal de interlocução com os ciganos pelo *Immigration Refugee Board*, tribunal responsável pelo processo de determinação de refúgio no país. O interesse pela criação de uma associação cigana no Canadá é anterior ao *Roma Community Center*. Desde 1960, empreendedores étnicos que fazem parte de uma elite cigana tentavam criar uma associação política no país. Eles consideravam importante a constituição de um movimento cigano para que sua diferença cultural fosse compreendida

¹ Mirian Alves de Souza é doutora em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (PPGA/UFF); professora adjunta da UFF e pesquisadora do Núcleo de Estudos do Oriente Médio (NEOM), vinculado ao Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-InEAC) da Universidade Federal Fluminense (UFF). A pesquisa que deu origem a este artigo foi financiada através de bolsa de doutorado e recursos de pesquisa do CNPq e da CAPES (incluindo bolsa sanduíche CAPES) e foi orientada pelos professores Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto e Roberto Kant de Lima.

² *Roma* é o plural de *rom* que, na língua romani, significa cigano. Ativistas defendem o uso de *rom* em detrimento do termo *cigano*. Neste texto, uso, contudo, *cigano*. Optei por essa categoria devido à sua abrangência. Tive interlocutores que não se opõem ao uso do termo, considerando a categoria cigano ou seu equivalente em inglês, *gypsy*, adequados. Em alguns casos, porque não se identificam com o termo *rom*, recorrendo para a autodesignação a categoria cigano ou outros termos, como *calon* (que corresponde a cigano na língua calon ou chibe); em outros casos porque não querem a publicização de sua categoria étnica; ou simplesmente por não se importarem com o uso do termo cigano. Sobre o uso das categorias *rom*, *cigano* ou *calon*, ver Souza (2013).

na esfera pública. Diferente do projeto original, entretanto, o *Roma Community Center* não é criado para pautar a diferença dos ciganos, e sim para apoiá-los no que se refere ao direito de qualquer ser humano que é vítima de perseguição³.

Neste texto, apresento o *Roma Community Center*, associação cigana onde realizei trabalho de campo nos anos de 2009 e 2011 para minha tese de doutorado em Antropologia. Primeiro, os elementos constitutivos, modelo normativo e contextos histórico e político que informam o projeto identitário dessa associação são apresentados. Por projeto identitário compreendo discursos, narrativas e símbolos imaginados e mobilizados por agentes políticos, que possuem um papel na produção de concepções públicas sobre a identidade cigana (SOUZA 2013). Depois, passo a problematizar como a perseguição étnica estrutura as narrativas que são apropriadas e transformadas na construção da identidade cigana, tal como é imaginada pelo projeto identitário do *Roma Community Center*. Por último, exploro o processo de codificação da identidade *Roma* na esfera pública canadense, destacando como os discursos que justificam ou se opõem aos pedidos de refúgio estruturam a identidade pública agenciando estereótipos.

Estrutura e burocracia do RCC

O *Roma Community Center* (RCC) é uma associação criada pelo governo de Ontário, em setembro de 1997, para dar suporte aos ciganos que pedem refúgio no Canadá, vindos de países europeus, como República Checa, Hungria, Eslováquia, Bulgária, Romênia e ex-Iugoslávia. A formação do RCC se dá, pois, em um contexto no qual o Estado canadense precisa avaliar um número crescente de pedidos de refúgio por parte de ciganos que alegam perseguição étnica em seus

³ O sociólogo Thomas Acton explora a mudança do discurso de ativistas ciganos no Reino Unido que abandonaram a afirmação da diferença étnica e adotaram a abordagem dos “direitos humanos”, reforçando sua igualdade (ACTON, 2004).

países. O *Immigration and Refugee Board of Canada* (IRB)⁴, tribunal responsável pela avaliação e concessão de refúgio, pede ao governo de Ontário a criação de um aparato burocrático que o auxilie no recebimento e análise dos pedidos de refúgio de ciganos europeus.

O marco de criação do RCC é a chegada de três mil ciganos checos ao Canadá. Isto demandou do IRB uma estrutura profissional da qual o tribunal ainda não dispunha, a exemplo de tradutores e outros profissionais que auxiliassem os ciganos recém-chegados no encaminhamento de seus pedidos de refúgio. Além disso, para a análise dos pedidos, o IRB precisava de informações específicas sobre o quadro de perseguição aos ciganos na Europa e sobre sua identidade étnica. Em outras palavras, ao lado de profissionais que pudessem auxiliar os ciganos no que se refere à burocracia canadense, o IRB precisava de orientação em relação à situação dos ciganos em seus países de origem e, mais especificamente, sobre os critérios de reconhecimento étnico dos ciganos.

Diante disso, o RCC pode ser definido como uma associação inicialmente criada para oferecer aos ciganos esclarecimentos sobre os pedidos de refúgio (e processo imigratório de maneira geral) e, ao IRB, informações sobre a situação dos ciganos na Europa, bem como sobre questões relativas à sua etnicidade. Em relação a esse último aspecto, o IRB pediu à associação que produzisse atestados comprovando a identidade étnica dos reclamantes a refúgio, mas isso não foi feito. De acordo com meu principal interlocutor no RCC, a associação explicou ao tribunal que não poderia conferir certificados atestando a identidade étnica. Quando solicitada, todavia, orientaria o IRB em relação a certos aspectos da etnicidade cigana, uma vez que a associação também se ocupa da produção de narrativas e discursos sobre a identidade cigana.

O RCC é uma associação dirigida exclusivamente aos ciganos (recém-chegados ou já estabelecidos), mas aberta a qualquer pessoa, independentemente de sua origem étnica. Para se associar ao RCC é preciso preencher um formulário e pagar uma taxa de admissão de dez dólares. A associação tem formalmente cerca de 150 associados e possui uma

⁴ O *Immigration and Refugee Board of Canada* (IRB) é o maior tribunal administrativo independente do Canadá. Ele é responsável por analisar e decidir sobre os pedidos de refúgio e proteção a reclamantes que chegam ao Canadá. Vf. <http://www.irb.gc.ca/eng/pages/index.aspx>.

posição financeiramente remunerada, o cargo de diretor executivo. As demais posições no RCC são voluntárias, como as do *board of directors*, e definidas através de eleição durante encontro anual (o *Annual General Meeting*), obedecendo à legislação canadense para associações e sociedades comunitárias, que exige a realização de um encontro anual com eleições para posições de direção. Além disso, o RCC mantém um *advisory committee*, do qual participam ciganos já estabelecidos no Canadá, entre os quais ativistas e agentes políticos cujo papel na associação será explorado mais à frente.

Os recursos e fundos do RCC são em grande parte diretamente ligados ao Estado canadense, através de uma organização chamada *Culture Link*. Criado em 1998, o *Culture Link* dá suporte a mais de 20 associações, muitas das quais “*ethno-specific*”, como o RCC. Trata-se de uma organização sem fins lucrativos que oferece programas e recursos específicos para o estabelecimento e integração dos recém-chegados ao Canadá, a partir de investimento público e uma pequena parcela de doações. Funcionando em um prédio na área central de Toronto, o *Culture Link* abriga, em diferentes salas, no mesmo andar desse prédio, várias associações, incluindo o RCC. A sala onde funciona o RCC tem em torno de 18 metros quadrados e acomoda elementos básicos de um escritório: fichários e arquivos, computador, telefone, aparelho de fax, mesa, cadeira e um banco de espera. Aqueles que buscam atendimento no RCC também podem aguardar próximos à porta da associação, em bancos e cadeiras que ficam no *hall* central do *Culture Link*.

Durante todo o trabalho de campo, observei que sempre tinha alguém esperando para ser atendido. O RCC é muito procurado pelos ciganos para tratar de diferentes questões, existindo duas demandas principais: primeiro, esclarecimentos sobre o funcionamento da burocracia canadense. Os ciganos querem saber como encaminhar seu pedido de refúgio, quais os documentos e também os prazos para fazê-lo. Além disso, eles buscam se informar sobre benefícios, assistência jurídica, pedidos de visto permanente e cidadania, entre outras coisas relacionadas à imigração. No RCC é possível ter acesso a essas informações, bem como aos formulários e guias exigidos para o encaminhamento dos pedidos junto ao IRB. A segunda demanda é a tradução para a língua materna. O RCC conta com um funcionário, que fala checo e eslovaco, e uma relação de

tradutores voluntários para o húngaro, romeno, romani, búlgaro, entre outras línguas. A associação é bastante procurada por causa desse serviço de tradução, tanto por ciganos com um baixo nível de compreensão do inglês, quanto por aqueles que possuem um bom nível mas que querem se certificar de que estão agindo corretamente em relação aos trâmites de seus pedidos junto ao IRB e outras questões da burocracia canadense.

Estas são as duas principais demandas observadas durante o trabalho de campo e assinaladas pelos meus informantes. O RCC, no entanto, também é procurado para tratar de outras questões, como as que dizem respeito ao estabelecimento dos ciganos em Toronto. Como informa o *website* da associação: “Nós buscamos com agências sociais, como *Metro Shelters Committee* [que trabalha com refugiados em sua chegada ao país] recursos financeiros para ajudar [...]”. Em termos práticos, nós ajudamos os refugiados ciganos no que se refere a achar moradia, problemas do cotidiano. Mas sem recursos específicos para essa área, nosso trabalho envolve apenas voluntários e agências sociais que podem apenas de vez em quando oferecer ajuda”.⁵ Embora os recursos do RCC sejam dirigidos às duas demandas principais (tradução e esclarecimentos e assistência em relação à burocracia canadense), a associação procura colaborar para a administração de vários problemas e questões. Observei o diretor executivo da associação negociando com uma companhia telefônica os valores das contas de telefone de algumas famílias. Entre os recém-chegados é comum que o consumo de telefone supere as expectativas em relação ao preço da conta, sendo oportuna a intervenção do diretor executivo no sentido de negociar com a companhia telefônica uma forma alternativa de pagamento, geralmente o parcelamento da conta.

Outro papel desempenhado pelo RCC é o de uma associação política cuja agenda inclui a construção de um projeto identitário para os ciganos no Canadá. Trata-se da elaboração de uma identidade pública para os ciganos consoante a narrativa e o discurso de seus agentes políticos. Nesse sentido, existe o interesse da associação em modificar e controlar a maneira como os ciganos são definidos na sociedade canadense. Por isso, a associação recebe estudantes, pesquisadores, ativistas, jornalistas e outros profissionais da mídia que buscam informações sobre os ciganos.

⁵ Vf. http://www.romatoronto.org/about_us.html.

O trabalho de recepção a pesquisadores e outros interessados é previsto pela associação: “Nós também somos fonte de informação sobre *Roma* e oferecemos palestrantes para seminários, oficinas e encontros”.

Ronald Lee é o principal responsável pela narrativa política que informa o projeto identitário do RCC, sendo de sua autoria a maior parte dos textos e artigos disponíveis no *website* da associação. Ronald Lee nasceu em Montreal, Canadá, no ano de 1934, filho de ciganos ingleses que imigraram para o país. Ele faz parte de uma das “comunidades de imigração cigana” no Canadá. Ao lado do México e dos Estados Unidos, o Canadá recebeu muitos imigrantes ciganos da Europa, vindos de países como a Inglaterra, Hungria, Ucrânia, Rússia, Polônia e Jugoslávia⁶. Ronald Lee se tornou um agente político na década de 1960, quando começou a escrever sobre os ciganos e a administrar os problemas práticos e cotidianos daqueles que viviam em sua cidade. Como ele disse:

Eu comecei a trabalhar com um ativista *Roma* canadense em 1965. Ele se chamava Russel Demitro e era líder dos ciganos canadenses de Montreal. Eu e ele trabalhamos com a comunidade *Roma* através do *kris romani* [um tribunal judicial cigano] para tentar melhorar as relações entre *Roma* e não *Roma*; conseguir licenças para vender carros usados, ler mão e colocar carta; combater o preconceito e a desinformação nos jornais e ajudar os *Roma* a se representarem.

Embora tenha inicialmente se ocupado de questões locais, Ronald Lee, já na década de 1970, começa a se articular com outros agentes políticos para a organização de estruturas internacionais de representação política dos ciganos e para o reconhecimento e difusão de um modelo normativo para a identidade cigana que ele, ao lado de outros atores,

⁶ No Canadá, os ciganos aparecem no censo nacional como correspondendo a uma etnia – descrita como *Gypsy/Roma*. Como previsto na política multicultural do país, o censo canadense informa sobre a identidade étnica e nacional de sua população (vf. www.stat.can.gc.ca). Existem registros escritos da presença de ciganos no Canadá desde o final do século XVIII. A literatura sobre imigração não incorpora os ciganos nas narrativas como “comunidades de imigrantes”, mas como “andarrilhos” e “nômades”. Sobre os ciganos no norte da América, ver os trabalhos de Sutherland (1975); Silverman (1982); e Salo (1993). Este último especificamente sobre “ciganos no Canadá” e com a revisão de Ronald Lee. O livro e a revisão de Lee mereceriam uma discussão à parte.

elabora durante encontros internacionais. Dessa forma, a narrativa produzida por Ronald Lee é construída em permanente diálogo com ativistas e empreendedores étnicos, que se articulam através de organizações e redes transnacionais. A identidade *Roma* promovida pelo RCC é informada pela narrativa nacional elaborada por Ronald Lee e outros agentes políticos que, como ele, fazem parte de uma “elite intelectual cigana”. Nesse sentido, a identidade *Roma*, tal como é representada pelo discurso do RCC, é também um produto da “imaginação nacionalista” (ANDERSON, 2008) de uma “elite cigana” constituída por agentes políticos que procuram suprimir as diferenças étnicas existentes entre aqueles que são definidos como *Roma*. Thomas Acton, intelectual envolvido no processo de construção da identidade *Roma*, argumenta que “O nacionalismo cigano é inspiração para um pequeno grupo de intelectuais, e não uma ideologia de massa. Grupos elitizados têm fomentado a identidade cigana e eles vêm formando associações internacionais que buscam unificar ciganos de diferentes níveis” (1974, p. 240).

O histórico de ativismo e a posição de Ronald Lee no contexto de um “movimento nacionalista cigano” são elementos ressaltados por meus informantes para que ele tenha se tornado *honorary chair* e membro fundador do RCC, do qual é certamente a maior referência em produção literária e discursiva da associação. Como passo a explorar, o projeto identitário do RCC e sua agenda política expressam a concepção de Ronald Lee sobre a identidade cigana, assim como a relação entre essa concepção e o contexto político e histórico nos quais se desenvolve.

Gypsy ou Roma? “Agora devemos corretamente definir a nós mesmos”

Os agentes políticos do RCC usam a categoria *Roma*, e não *Gypsy*, e justificam essa escolha com base na narrativa formulada por Ronald Lee, para quem, “‘Cigano’ evoca todos os tipos de imagens estereotipadas de *Roma* na mente de espectadores e leitores. Cigano deve ser substituído por *Roma*. Cigano tem sido utilizado por pessoas de fora e é ofensivo

aos *Roma*, como índio é ofensivo aos povos nativos do Canadá”⁷. A concepção de que cigano é uma categoria ofensiva, imposta por pessoas de fora do grupo e marcada por imagens estereotipadas está presente na narrativa política do RCC, assim como no discurso dos agentes que promovem a identidade *Roma* na esfera pública.

O uso da palavra *Roma* como uma categoria política global foi reivindicado pela primeira vez por organizações ciganas na Europa entre o final da década de 1960 e o começo da década de 1970. Pesquisadores, ativistas e agentes políticos de diferentes países começaram a ajustar suas concepções sobre a identidade cigana e organizaram, em 1971, uma plataforma comum no primeiro *World Roma Congress* (WRC), que tinha como objetivo oficial a mudança no pensamento sobre as pessoas que esses agentes políticos queriam representar (VERMEERSCH, 2003). Entre os elementos presentes na plataforma construída no primeiro WRC, encontra-se a ideia de que termos como *Gypsy*, *Gitano*, *Tsiganes*, *Cikán*, *Cygan* e *Cigány* são negativos e devem ser substituídos por *Roma*.

As edições do WRC (sobretudo as duas primeiras, em 1971 e 1978) desempenharam um papel decisivo na construção de narrativas, símbolos e discursos sobre os ciganos. No WRC, a identidade *Roma* é codificada em elementos culturais e políticos, que são amplamente mobilizados por empreendedores étnicos em diferentes países, incluindo Ronald Lee. Ele, entretanto, não apenas mobiliza os discursos e símbolos definidos nos congressos do WRC. Ronald Lee participou das principais edições do congresso. Vivendo na Inglaterra na ocasião do primeiro WRC, realizado em Londres, Lee participou do congresso, em que, com outros agentes políticos, criou-se a *International Romani Union* (IRU).

Esta organização, que possui *status* de ONG pelas Nações Unidas, como o próprio nome sugere, segue a plataforma definida no primeiro WRC e rejeita o uso do termo *Gypsy*. A adoção da categoria *Roma* pela

⁷ *Gypsies* (inglês), *gitanos* (espanhol), *gitan* (francês), *zingari* (italiano), *zigeuner* (alemão) e ciganos são considerados derivações do nome *Gyppe*, que designa Pequeno Egito. Essa é uma região na Grécia, onde no século XII foi registrada a presença de ciganos em relatos de senhores donos de terras e monges cristãos em peregrinação à Terra Santa. Ao longo do século XV, muitos ciganos que chegam em países europeus se afirmam provenientes do Pequeno Egito (LIÈGEOIS, 1988, pp. 35-9). Vê. http://www.romatoronto.org/facts_journalists.html.

IRU é, no entanto, um dos motivos pelos quais a associação não conseguiu mobilizar as lideranças que esperava. Segundo Ronald Lee,

o sonho era que a IRU fosse uma organização guarda-chuva que pudesse envolver todos os problemas *romani* em diferentes países que fazem parte das Nações Unidas. O que aconteceu? Lideranças *Roma* da Europa estavam preocupadas demais com suas questões locais. Houve brigas demais entre lideranças que representam *Roma*, *Sinti*, *Manouche*, *Kaale* e *Romanichels*, que não queriam se unir como *Roma* (Entrevista, 2011).

A codificação de identidades étnicas plurais em uma única categoria gera resistências. Não são todos os agentes políticos que reconhecem o modelo normativo para a identidade *Roma* definido pelo WRC e que informa organizações como a IRU e o RCC.

No discurso de Ronald Lee, *Roma* é a categoria mais apropriada para se referir a uma pluralidade de identidades étnicas porque corresponde a uma palavra da língua *romani* que é utilizada pela maioria dos ciganos para se autodefinir. Ele argumenta que, embora reconheça a existência de outras categorias para a autodesignação, *Roma* é mais abrangente e, além disso, faz parte da língua *romani*, definida como a “língua dos ciganos” durante o primeiro WRC⁸. Em razão de sua grande variação dialetal, iniciativas de codificação que pudessem padronizá-la começaram a ser estabelecidas. De maneira geral, essa codificação, que se torna uma questão importante no quarto WRC, em 1990, tem sido feita com base no dialeto falado pelos ciganos *Kalderashs*, porque, segundo um informante, “existem mais gramáticas e dicionários contemporâneos disponíveis em *vlox* do que em outro qualquer dialeto. E mais publicações, teses e trabalhos... É muito claro, portanto, que para a padronização da língua, o uso do dialeto *kalderash* seria a escolha mais lógica”. Esta escolha, entretanto, não é muito lógica para os informantes

⁸ A concepção europeizada da condição nacional vinculada à propriedade privada da língua (ANDERSON, 2008) teve enorme influência na construção do nacionalismo cigano. A ideia, presente em Herder, de que “cada povo tem sua formação nacional assim como a sua língua”, faz parte da imaginação política de agentes políticos que conferem profundidade histórica à nacionalidade cigana por meios linguísticos.

que não são ciganos *Kalderash* e que reclamam da posição hegemônica que estes ocupam no processo de codificação identitária⁹.

Informantes e autores (MARUSHIAKOVA e POPOV; 2004) consideram que o nacionalismo cigano emerge entre os *Kalderashes*, na Romênia, no começo do século XX. Por isso, o projeto nacional cigano tem como referências elementos culturais que correspondem aos *Kalderashes*. A língua é um deles, mas também o nomadismo e o caráter apátrida:

Eles [*Kalderashes*] pagavam um imposto anual e foram liberados para se deslocarem de um lugar para o outro sem limitações, também preservaram seu governo interno próprio e autônomo e permaneceram quase sem se integrar ao ambiente social em que viveram, sem nenhum sentimento de pertencimento ao lugar ou país onde viveram (geralmente de forma temporária) (2005, p. 43).¹⁰

No contexto do RCC, observei que são poucos os falantes do romani. Durante uma reunião da associação, ficou claro que a competência da língua se limita a um universo pequeno de pessoas e que estas são, em geral, agentes políticos. Esta reunião estava sendo conduzida em inglês com tradução para o húngaro, até que membros da audiência reclamaram a ausência de tradução para o romani. (O RCC conta com um número muito expressivo de associados cuja origem nacional é a Hungria, o que explica a tradução para a língua.) Dois senhores pediram que a reunião fosse ministrada em romani com tradução para o inglês, uma vez que sendo o RCC uma associação cigana, a primeira língua da associação deveria ser o romani. A diretora do RCC, que coordenava a reunião, disse aos senhores que ela não falava romani e que o número de

⁹ Em minha tese de doutorado (SOUZA, 2013) exploro o desacordo em relação aos 'denominadores comuns' definidos pelo nacionalismo cigano, mas observo aqui que os atores que não estão interessados na construção desses denominadores explicitam sua oposição. Esses atores reclamam que a codificação é feita com base em uma "representação" específica e resistem à construção de uma "narrativa nacional".

¹⁰ Nas primeiras décadas do século XX, associações ciganas foram formadas em vários países europeus e da diáspora, como nos Estados Unidos. Sobre o histórico de associações ciganas na América, ver Bernal (2002). Devo destacar que, na narrativa sobre o nacionalismo cigano, autores nacionalistas mencionam a coroação de Janusz Kwiek, em 1937, na Polônia, como o "rei dos ciganos", como exemplo de um contexto no qual projetos nacionais para os ciganos começam a se desenhar.

falantes naquela audiência não justificava a tradução. Os senhores, entretanto, insistiram no argumento de que a reunião deveria ser conduzida na “língua dos ciganos”. A diretora, claramente irritada com sucessivas interrupções na reunião por causa dessa questão, pediu então para que algum voluntário fizesse a tradução para o romani. Como ninguém se candidatou, nem ao menos os senhores que pediram a tradução, foi perguntado quem falava romani. Em um universo de aproximadamente 35 pessoas, apenas cinco disseram falar a língua, entre elas Ronald Lee.

A evidência de que o número de pessoas que possuem competência na língua é muito pequeno reforçou o argumento da diretora de que a maioria dos ciganos não fala romani, não sendo necessária, portanto, a tradução. Ainda assim, os senhores continuaram a reclamar sob o argumento de que o RCC era uma associação controlada por *gadje* (não ciganos). Eles criticaram todos os agentes políticos do RCC, poupando apenas Ronald Lee. Conversando com um dos senhores sobre o porquê dele não ter criticado Ronald Lee, ele me falou que, diferente dos demais diretores da associação, Lee é de fato cigano, o que se atesta através de seu domínio e fluência no romani.

A língua é mais do que um “denominador comum” no discurso que pretende afirmar a unidade *Roma*; ela é também um dispositivo de poder. De maneira geral, é bastante significativo que as posições de poder, reconhecimento e *status* no contexto do nacionalismo cigano sejam ocupadas por falantes do romani. Além de terem o domínio da língua, a maioria dos agentes políticos é constituída de indivíduos cuja profissão consiste em larga medida no manuseio da língua (ainda que não necessariamente o romani): escritores, professores, linguistas, advogados e músicos, o que certamente contribui para um papel de destaque na produção de narrativas e discursos públicos sobre os ciganos. A posição de poder conferida aos falantes do romani é análoga aos falantes do árabe nas instituições islâmicas no Brasil, como descreve Paulo Hilu Pinto em sua etnografia:

Os descendentes de árabe que não falam a língua costumam ser alvo de suaves repreensões jocosas que reforçam o valor da língua como diacrítico cultural constituinte da fronteira étnica. Além disso, é bastante significativo que todas as posições de poder e *status* dentro da comunidade sejam ocupadas por falantes de árabe, demarcando claramente uma hierarquia étnica dentro da comunidade (2005, p. 232).

Ativistas de diferentes países me falaram sobre Ronald Lee como uma referência obrigatória para minha pesquisa no Canadá, entre outras razões por ele ter se dedicado ao estudo e codificação da língua romani. Ronald Lee codificou o romani em dois dicionários (LEE, 2010) – romani/kalderash-inglês e inglês-romani/kalderash – publicados em conjunto com o guia *Learn Romani* (LEE, 2008). Não é comum a codificação escrita do romani, existindo poucos títulos publicados na língua. Os dicionários de Ronald Lee e da jornalista bósnia Hedina Sijercic são os únicos publicados no Canadá e, de modo geral, embora existam léxicos da língua romani e sua forma correspondente no inglês, eles não contêm um número expressivo de palavras e explicações normativas em relação à língua.

A codificação escrita da língua romani por Ronald Lee está relacionada à sua proposta de codificação da identidade cigana em narrativas, símbolos e discursos. Como escritor, Ronald Lee tem se dedicado à formulação de uma proposta normativa para a língua e para a identidade cigana em termos mais amplos. Ele argumenta que seu trabalho de codificação se justifica, porque “nós estamos sendo erroneamente definidos por pessoas de fora. Agora nós devemos corretamente definir a nós mesmos”. Definir corretamente a si mesmo significa, por exemplo, a adoção da categoria *Roma* que, como vimos, para Ronald Lee, além de não ser marcada por estereótipos negativos como a palavra *Gypsy*, é um termo da língua romani e, portanto, uma categoria nativa.

O uso da categoria *Roma* é bastante consensual entre os agentes políticos ligados ao RCC. Durante o trabalho de campo, estive sempre atenta ao uso das categorias *Roma* e *Gypsy* e observei que se, por um lado, os responsáveis pelo discurso público da associação usam o termo *Roma*, por outro lado, os ciganos, que procuram atendimento na associação e que possuem pouca influência no que se refere à construção de seu discurso público, questionam a categoria. Mais do que questionar a palavra *Roma*, eles questionam o fato da associação considerar o termo *Gypsy* negativo e depreciativo. Não é consensual entre os ciganos que vivem em Toronto a ideia de que *Gypsy* seja uma palavra ofensiva. Durante o encontro anual do RCC, ciganos do Kosovo me disseram se sentir ofendidos por *Gypsy* ser considerado inadequado, pois é desta forma que eles se referem a si mesmos. Conforme me explicaram, como eles não falam romani, sendo esta uma língua estranha a eles, é através da categoria *Gypsy* que designam sua identidade étnica.

Paul Polansky observa que os ciganos do Kosovo preferem ser chamados de *Gypsy* ao invés de *Roma*, porque a palavra *Gypsy* salvou muitos ciganos de serem mortos. Os *Roma* eram identificados e enviados para campos de concentração durante a ocupação nazista e “campos de refugiados” durante a guerra da Iugoslávia, no final da década de 1990. Por causa disso, muitos sentem orgulho do termo *Gypsy* (2006, p. 59). Apesar disso, no contexto do RCC, eles procuram utilizar a categoria *Roma*, porque na associação “deve prevalecer o discurso de seus diretores”.

Acompanhando a rotina do RCC, observei que muitos ciganos procuram se adequar ao modelo normativo para a etnicidade cigana construído pela associação. Dessa forma, notei que as pessoas intercalavam as categorias *Roma* e *Gypsy* de acordo com os sujeitos da interação. Diante dos diretores e outros agentes políticos do RCC e de agentes do Estado canadense, eles falavam *Roma*, mas comigo e entre si, eles diziam *Gypsy* e sua forma correspondente na língua nativa. Também era comum que falassem *Cikán*, *Cygan* e *Cigány*, quando sabiam que em minha língua *Gypsy* é cigano. Nesse sentido, notei que *Roma* era uma categoria estranha para muitos ciganos.

O uso da palavra *Gypsy* no RCC é fonte de tensão entre os seus agentes políticos e as pessoas que eles querem representar, ou seja, os ciganos. Quando estes últimos recorrem ao termo em encontros e atividades públicas do RCC costumam ser repreendidos¹¹. No encontro anual do RCC, observei que os ciganos eram publicamente advertidos de que deveriam falar *Roma* ao invés de *Gypsy* ou seus correspondentes (*Cikán*, *Cygan* e *Cigány*). Neste encontro, depois de ouvir que um dos membros da audiência falou *Gypsy*, a diretora do RCC, que coordenava a mesa do encontro, interrompeu sua fala para argumentar que aqueles que usavam a categoria *Gypsy* “não tinham consciência da opressão sofrida pelo povo *Roma* e do quanto a palavra *Gypsy* era um exemplo

¹¹ Essa tensão não foi observada no contexto da rotina de atendimentos do RCC, quando as questões burocráticas ocupam um lugar central. Acompanhei o atendimento a muitas pessoas e o diretor executivo da associação nunca as repreendeu por não usar o termo *Roma*. Apenas observei, certa vez, ele explicando para um casal que *Roma* era a categoria mais adequada para se utilizar no IRB, porque sinalizava que eles eram membros de um grupo étnico. Ele disse que *Roma* tem uma conotação diferente, uma vez que *Gypsy* designa não apenas os membros de um grupo étnico, mas também sujeitos considerados desviantes e viajantes.

dessa opressão”. Ela mencionou que o processo de assimilação forçada que os ciganos sofreram (como, por exemplo, na Hungria, país de seus pais) não permitiu que eles utilizassem sua língua e se autodessem corretamente, sendo obrigados, por isso, a usar *Gypsy*, uma palavra que lhes foi imposta por não ciganos.

A antropóloga Julianna Butler também registrou a normatização imposta pelos agentes políticos do RCC no que se refere ao uso da categoria *Roma*. Ela descreveu em sua dissertação de mestrado o episódio em que uma mulher do Kosovo levantou sua mão durante uma reunião, a fim de contribuir com o tópico de discussão da mesa, e ao utilizar a palavra *Gypsy* foi repreendida:

Ela estava propondo um tipo de programa para que as crianças pudessem manter e aprender vários aspectos da cultura cigana, incluindo dança, música e língua. Antes que ela pudesse terminar de falar, um diretor da associação a interrompeu para corrigir sua linguagem: ‘Nós somos *Roma*, não ciganos’ [...] depois de um instante, ela continuou sua ideia, somente usando a palavra cigano de novo com pessoas próximas e seus familiares (BUTLER, 2009, p. 88).

A questão do uso das categorias *Roma* e *Gypsy* foi problematizada com meus informantes. Conversei com o diretor executivo sobre isso, lembrando a ele que muitos ciganos que conheci no Canadá não usavam o termo *Roma*. Ele observou que, embora reconheça que nem todos os ciganos se autodefinem como *Roma*, apoia o uso da categoria porque ela é a mais consensual entre ativistas em todo o mundo e, além disso, seu uso corresponde a uma estratégia do RCC para a construção de uma identidade pública para os ciganos, livre dos estereótipos relacionados à palavra *Gypsy*.

Para promover a substituição de *Gypsy* por *Roma*, difundindo o projeto identitário do RCC, existem programas especiais, como cursos, palestras e exibições de filmes em escolas, centros culturais e universidades: “O *Roma Community Center* oferece apresentações em escolas e organizações sobre a história, cultura e língua do povo *Roma*. Nosso objetivo é combater estereótipos negativos [...]. Podemos trabalhar com sua escola ou organização, em conjunto, para criar um programa adaptado às suas necessidades específicas”¹². Informantes no RCC consideram

¹² V. http://www.romatoronto.org/resources_presentations.html.

que seu trabalho na difusão da categoria *Roma* tem obtido sucesso. Segundo eles, o sistema educacional canadense tem reconhecido a categoria *Roma* e criticado a palavra *Gypsy*. Os livros didáticos na província de Ontário, por exemplo, estão deixando de usar a palavra *Gypsy* e adotando a categoria *Roma*. Além disso, o RCC elaborou, com o *Toronto District School Board*,¹³ um módulo do currículo para escolas primárias sobre “História e cultura *Roma*”. Esse trabalho influencia a literatura acadêmica e ativista, outras organizações, como o IRB, e a mídia. Os jornais já recorrem à categoria *Roma* mesmo quando também fazem uso da palavra *Gypsy*: “*Roma*, popularmente conhecidos erroneamente como ciganos...”, “Ciganos, que preferem ser chamados de *Roma*...” e ainda “*Roma*, também chamados ciganos...”.

Denominadores comuns e símbolos políticos

O RCC promove a ideia de que os ciganos são uma “minoridade étnica transnacional” que, apesar de sua grande heterogeneidade, possui “denominadores comuns”. Tais denominadores foram afirmados durante as edições do WRC e os principais são: a categoria *Roma* e a língua *romani*; a Índia como lugar de origem; e um histórico de perseguição. No WRC também foram definidos dois importantes símbolos políticos para os ciganos: a bandeira e o hino – ambos devidamente incorporados ao projeto identitário do RCC.

A bandeira cigana é um símbolo amplamente mobilizado nas redes de ativismo cigano¹⁴. Com base no trabalho de campo, posso dizer que a bandeira é um diacrítico político, observado em todos os contextos nos quais os atores estão envolvidos com a produção de discursos públicos. A bandeira, dessa forma, está presente no RCC. A sala onde funciona a instituição, embora assemelhe-se a uma repartição pública qualquer do Estado

¹³ Toronto School District Board é a maior “rede educacional” no Canadá, responsável por auxiliar as escolas do país em diferentes assuntos educacionais e administrativos. Vf. <http://www.tdsb.on.ca/aboutUs/>.

¹⁴ A bandeira é um símbolo mobilizado entre ativistas que defendem o uso da categoria *Roma* para a autodesignação e entre aqueles que reivindicam o uso de termos de origem não *romani*, como *cigano*, *Gypsy* e *Cikan*.

canadense, se diferencia pelos símbolos que ostenta em seu âmbito, como a bandeira cigana, que ocupa boa parte da parede central da associação. A bandeira verde e azul com uma roda vermelha no centro está na sala da associação, no formulário para novos associados e em boa parte do material produzido pela instituição. A bandeira cigana tem centralidade no que se refere aos símbolos observados no RCC, estando presente nos eventos organizados pela associação. Nos seus eventos, outro “emblemata nacional” presente é o hino cigano, que costuma ser executado na abertura ou encerramento das atividades. Durante o encerramento do encontro anual, acompanhei o hino sendo tocado ao piano por Ronald Lee e cantado em romani por um dos associados do RCC.

No contexto de definição do hino e da bandeira cigana, a biografia política da nação também é construída. A Índia tem um lugar importante na codificação da identidade *Roma*, tal como é proposta pelo RCC, pelas edições do WRC e organizações internacionais como a IRU. O país é definido como um “denominador comum” para os ciganos e, além disso, desempenha um papel de destaque na articulação de encontros e no reconhecimento de organizações ciganas na esfera pública. No primeiro WRC, a origem indiana dos ciganos foi afirmada e, com ela, se fortaleceu a imagem de antiguidade tão essencial à ideia subjetiva de nação (ANDERSON, 2008, p. 80). Primeiramente, a origem indiana foi problematizada e, ao final do congresso, estabelecida como um fato cuja evidência se baseia na pesquisa de linguistas e historiadores. As semelhanças observadas entre a língua romani e o sânscrito foram consideradas as principais e mais consistentes evidências dessa origem. A língua aqui se converte em um acesso privilegiado para a construção de verdades ontológicas. Como os romances de fundação, sobre os quais Edward Said (1995) escreveu, a língua se apresenta como um elemento importante na construção coletiva de um passado e de um “nós” comum¹⁵. A partir da língua se tem uma espécie de confirmação da solidez dessa identidade. O argumento central na afirmação de uma origem indiana é, portanto, linguístico:

¹⁵ A ênfase em uma origem não é exclusiva do nacionalismo cigano. Como argumenta Gellner, a identidade nacional é representada como algo primordial – “está lá, na verdadeira natureza das coisas”, algumas vezes adormecida, mas sempre pronta para ser “acordada” de sua “longa, persistente e misteriosa sonolência”, para reassumir sua inquebrantável existência (GELLNER, 1983, p. 48).

Na segunda metade do século XVIII [...], pesquisadores na Europa começaram a descobrir que a língua romani, de fato, veio da Índia. Palavras básicas, como alguns numerais e termos familiares, e nomes de partes do corpo e ações eram demonstrativamente indianas. Então, eles concluíram que se a língua era originalmente indiana, seus falantes muito provavelmente também o eram (HANCOCK, 2000, p.12).

O autor do trecho destacado acima é o agente político Ian Hancock, cigano inglês que vive nos Estados Unidos, onde é professor na Universidade do Texas. Ele nasceu em 1942 e é da mesma geração de Ronald Lee, com quem esteve à frente da IRU e com quem vem produzindo uma narrativa nacional de acordo com a codificação proposta no WRC. Assim como Ronald Lee, Ian Hancock participou do primeiro WRC e tem um papel de destaque na difusão dos elementos definidos no congresso como constitutivos da identidade *Roma*. Sua importância tem duas razões principais: primeiro, sua produção literária sobre a identidade *Roma* é extensa e influente; e, segundo, sua participação na esfera pública como intelectual, porta-voz e representante dos ciganos é reconhecida¹⁶.

Sendo um agente político, que também é acadêmico, autor de livros e artigos, Ian Hancock se tornou uma referência importante na narrativa política do RCC. Ronald Lee, que não conta com a mesma autoridade de Hancock no que se refere à produção discursiva sobre os ciganos, recorre a ele para fundamentar e legitimar seus argumentos. Nesse sentido, é possível dizer que a narrativa político-biográfica dos ciganos segundo o RCC sustenta-se na produção de Hancock. Essa produção, por sua vez, sintetiza o trabalho de pesquisadores que escreveram sobre a origem dos ciganos, entre os quais os orientistas Godfrey Leland e Richard Burton. Também, para eles, o principal argumento para a afirmação da origem indiana é linguístico. Por exemplo, em *The Jew, the Gypsy and El Islam*, Richard Burton observa que

¹⁶ Ian Hancock tem mestrado e doutorado pela Universidade de Londres (*School of Oriental and African Studies*) sobre "*African linguistic*", focalizando línguas crioulas. Os artigos e livros de Ian Hancock sobre os ciganos são referências para a literatura ativista, mas também acadêmica. Alguns pesquisadores recorrem à produção intelectual nativa, porque, como tal, ela representaria a verdadeira "voz dos ciganos". Ver, por exemplo, Butler (2009) e Fischer (2011).

parece provável, a partir da aparência e outras peculiaridades da raça dos ciganos, que eles são indianos. De 130 palavras usadas pelos ciganos na Síria, não menos do que 104 pertencem à classe Indo-Persa (BURTON, 1898, p. 139).

As similaridades entre as línguas, observadas por pesquisadores europeus desde o século XVIII, são apresentadas como o principal argumento da origem indiana. Para Hancock e Ronald Lee, depois que esses pesquisadores concluíram que os ciganos são originários da Índia, coube a eles, intelectuais ciganos, responder quando os ciganos a deixaram, como e por quê. *A narrativa romani*, de Hancock e Lee, responde a essas perguntas e, em linhas gerais, afirma que:

As pessoas que posteriormente seriam conhecidas como os *Roma* são originárias do noroeste da Índia e fizeram parte da Confederação Rajput. Eles foram forçados a deixar a região no século XI A.D. por causa de repetidas invasões de pilhagem por invasores do império Ghaznavid, no atual Afeganistão. Nessa época, os *Roma* eram uma população conglomerada composta por uma classe guerreira de líderes-proprietários chamados coletivamente de os *Rajput* e uma coletânea de castas que lhes deram apoio, compostas por artesãos, agricultores e artistas, entre os quais estavam numerosos indivíduos que se chamavam *Dom*. [...] Um ou mais desses reinos *Rajput* foi deslocado de Gurjara devido às depredações dos Ghaznavid e forçados a se realocarem no extremo norte da Índia, acima do que é a Caximira atualmente. Eles permaneceram neste local durante algumas gerações, onde sua língua original sofreu bastante influência de palavras e elementos gramaticais do conjunto de línguas dardic. Novamente pressionados pelos invasores do Afeganistão, o grupo conglomerado simplesmente foi forçado a deixar a Índia como um todo ao atravessar Shandur, Baroghil para o atual Xinjiang, no oeste da China. De lá, o grupo de refugiados seguiu a Estrada de Seda usada por mercadores que fizeram escambo na antiga Pérsia. Os ancestrais dos *Roma* permaneceram na Pérsia durante algumas gerações e onde o sistema de castas indianas se desfez gradualmente e as várias castas e grupos casaram entre si e se tornaram um único povo. Desde que o grupo *Dom* predominou, como eles pertenceram às castas que praticavam entretenimento, trabalho de artesanato e a criação e treino de animais, já se encontraram dotados das capacidades necessárias para sobreviverem fora da Índia. Devido às mudanças na pronúncia da sua língua indiana

original na Pérsia, a palavra *Dom* eventualmente se tornou *Roma* e quando o grupo conglomerado chegou ao Império Bizantino via Armênia, passou a se chamar *Roma*, plural de *Rom* que deriva de *Dom*. Quando os *Roma* chegaram aos Bálcãs no século XIII, eles se tornaram um povo novo chamado *Roma* e falante de uma língua comum chamada romani. Quando eles chegaram à Romênia, os *Roma* se dividiram em grupos menores e migraram para todos os países da Europa. Até o fim do século XV eles podiam ser encontrados até no extremo oeste da Bretanha, leste de Polônia/Lituânia, norte de Escandinávia e no sul da Espanha.

Esta narrativa descreve os ciganos como um povo que deixou a Índia em direção à Europa, espalhando-se em um determinado momento histórico por vários países. A origem indiana funciona, nesse sentido, como um “denominador comum” aos ciganos, porque, apesar de sua grande distribuição geográfica, são todos eles descendentes dos “Dom que vieram a se tornar *Roma*”. Como era de se esperar, a afirmação dessa unidade é comum ao discurso nacionalista dos agentes políticos que promovem a identidade *Roma*. Cara Feys também considera que

nacionalistas ciganos comumente expressaram o sentimento de que os ciganos eram um povo, quando eles vieram para a Europa, e que eles devem se unir como um só povo novamente. Assim, nacionalistas ciganos procuram reunir os ciganos como um grupo coeso novamente através da ação política internacional (FEYS, 1998).

A narrativa elaborada por Hancock e Lee sobre a origem indiana está diretamente relacionada a um projeto político, que não possui pretensões territoriais e de formação de um Estado. A Índia, no entanto, já esteve no horizonte político do nacionalismo cigano da primeira metade do século XIX como um possível lugar para a criação de um Estado cigano – o “Romanestan”. Os agentes políticos que defendiam a criação de um Estado cigano independente não tinham um território específico a pleitear, mas buscavam por um. Assim, em 1934, uma delegação de ciganos poloneses foi às Nações Unidas para pedir por terras na África do Sul, enquanto outra encaminhava uma petição a Mussolini pedindo para que ele doasse parte do que correspondia a seu território na Abissínia. Ainda, ao mesmo tempo, outra delegação viajou para Índia com o

objetivo de especificar a localização do futuro Estado cigano (em algum lugar próximo às margens do rio Ganges).

A ideia de um Estado cigano independente aparece na literatura pesquisada como especificamente vinculada aos planos de agentes políticos na Polônia, antes da Segunda Guerra Mundial¹⁷ e, depois disso, mas sem caracterizar um projeto político efetivo, a intelectuais cuja produção literária indica o desejo individual de seus autores por um “Romanestan”. Segundo Thomas Acton, Ronald Lee é um dos escritores que nutriam o desejo particular por um Estado independente:

O primeiro romance publicado de Ronald Lee (1971), e sua correspondência com Grattan Puxon [também ele um escritor nacionalista cigano] mostra que teve uma forte influência do movimento negro e de Fanon; mas ele também foi muito influenciado pelo movimento de independência do Quebec, e é um dos mais determinados defensores da fundação de um Estado-nação cigano, em seu território original (ACTON, 1974, p. 234).

A construção de um Estado independente não é mais uma questão no discurso de Ronald Lee, estando circunscrita à sua produção literária do final da década de 1960 e começo de 1970. Já a influência de movimentos por direitos civis e daqueles que mobilizam o idioma nacionalista continua presente em seu discurso. O fanonismo, o nacionalismo quebequense, assim como o nacionalismo sionista, constituem um quadro de referências para Lee, mas sem o seu componente territorial. Ele abandonou, nesse sentido, a ideia de um Estado cigano, seguindo o ponto de vista adotado pelo primeiro WRC, segundo o qual “nosso Estado é em qualquer lugar onde os *Roma* estão porque Romanestan está em nossos corações”. Thomas Acton observa que essa frase tinha como propósito “manter a conotação emocional da ideia de um Romanestan [...] sem se expor aos argumentos convincentes contra qualquer tentativa de criar um segundo Estado de Israel” (ACTON, 1974, p. 234). A evolução da

¹⁷ A ideia de um Estado cigano independente aparece na literatura como especificamente vinculada aos planos da família Kwiek, que vivia na Polônia antes da Segunda Guerra Mundial. O nascimento do projeto de um estado cigano teve a influência de diferentes fatores, dentre eles o caráter internacionalista e a retórica da família Kwiek, responsável pelos pedidos territoriais dirigidos às Nações Unidas e a chefes de Estado na Europa, e a influência das ideias sionistas para criação do Estado de Israel, que era bastante popular na Polônia da época (MARUSHIAKOVA e POPOV, 2004).

imagem do Estado de Israel, de nação de um povo sem Estado e vítima do holocausto para Estado produtor de refugiados em massa, certamente contribuiu para que Israel deixasse de ser uma inspiração.

Durante o trabalho de campo no RCC, a formação de um Estado cigano foi tratada como absolutamente irrelevante. Quando abordei essa questão, Ronald Lee mostrou que estava de acordo com a posição adotada no WRC, dizendo que “o chão de meus pés é Romanestan”. Segundo ele, a afirmação de origem indiana e a construção de uma narrativa que a justifique não têm a ver com a criação de um Estado. Ronald Lee e Ian Hancock associam sua narrativa a outros interesses. Para Cara Feys, “o nacionalismo cigano é um ideal que alimenta a unidade política para obter benefícios práticos em vez de um Estado” (FEYS, 1998). Um dos benefícios práticos vislumbrados é o poder de controlar a produção da identidade pública dos ciganos. Como observa Ian Hancock sobre o reconhecimento da origem indiana, “eu acredito que o reconhecimento dessa posição é essencial, porque a alternativa é criar uma história fictícia e ter, novamente, a nossa identidade em mãos de pesquisadores e políticos não ciganos”¹⁸.

A busca pelo reconhecimento da narrativa que descreve a origem indiana tem a ver com uma disputa pelos critérios de classificação da identidade na esfera pública. Com sua narrativa, Ian Hancock e Ronald Lee oferecem uma “nova identidade” para os ciganos, contrapondo-se e, portanto, disputando com as representações sobre eles disponibilizadas no mercado de ideias. Essa narrativa se contrapõe aos mais comuns estereótipos, negando as representações de nômades e ladrões, por exemplo, e, do mesmo modo, o nomadismo como um elemento identitário, que agora é interpretado como o resultado da perseguição imposta aos ciganos.

Na “narrativa sobre a origem indiana”, cujo longo trecho foi citado anteriormente, os ciganos não são nômades e seu deslocamento (leia-se nomadismo) tem como razão a hostilidade que vivenciam desde que deixaram a Índia no século XI. Sublinhei os motivos pelos quais os ciganos migraram em direção à Europa e todos eles estão relacionados a algum tipo de perseguição, em geral associada à expansão islâmica. Já a representação de ladrões dá lugar a uma identidade de guerreiros. Conversando com Ronald Lee, ele reconheceu que:

¹⁸ Vf. http://www.radoc.net/radoc.php?doc=art_d_identity&lang=fr&articles=true.

Nacionalistas e intelectuais *Roma* estão fazendo o que é necessário para criar uma nação e narrativa histórica romani e, como os sionistas, alguns de nós querem ver seu povo vivendo com orgulho de sua origem [...]. Todos nós temos o direito de ter nossas teorias, mas teorias acadêmicas não darão orgulho aos nossos jovens *Roma* sobre sua identidade. A origem militar faz sentido e com mais pesquisas tenho a certeza de que ela será comprovada. Nenhuma outra teoria até agora fez tanto sentido. Enquanto isso, como os escritores judeus que escreveram o Velho Testamento, pessoas como Ian Hancock, eu e outros estamos tentando criar uma história *romani* (Entrevista, 2011).

Ronald Lee sempre se mostrou muito aberto em relação ao fato de que está, com outros agentes políticos, construindo uma narrativa política para os ciganos. Para ele, este trabalho é indispensável, sobretudo em razão da ausência de narrativas que (in)formem positivamente a identidade cigana. Não é um consenso, entretanto, que a origem indiana e militar dos ciganos represente algo positivo. A *Romani history* de Hancock e Ronald Lee é criticada e contestada por agentes políticos que defendem outra codificação para a identidade cigana, que não passe pela sua definição como um povo de origem indiana. Eles argumentam, por exemplo, que essa definição os estrangeiriza em seus respectivos contextos nacionais. O reconhecimento da origem indiana é, nesse sentido, recusado, porque, entre outras implicações, os Estados nos quais os ciganos vivem poderiam expulsá-los sob a alegação de que são cidadãos estrangeiros. Como argumenta Toninato,

uma das principais razões pelas quais as narrativas diaspóricas não conseguiram ganhar maior aceitação entre os ciganos até agora é que essas narrativas se assemelham às tentativas das autoridades e políticos para realçar os ciganos como ‘diferentes’ e excluí-los como indesejados ‘estrangeiros’ que, em um passado distante, chegaram à Europa vindos da Índia (TONINATO, 2007, p. 1).

Apesar disso, boa parte dos agentes políticos que promove a identidade *Roma* reivindica a origem indiana como mais um mecanismo de afirmação dessa identidade. Além de ser um “denominador comum” na construção de uma identidade supralocal, a Índia, enquanto Estado nacional, tem um papel importante na organização do nacionalismo cigano. O governo de Indira Gandhi contribuiu para a organização de

importantes eventos de (re)construção do nacionalismo cigano. O primeiro e segundo WRC contaram com recursos e tiveram representação da Índia. Iniciativas de apoio aos agentes políticos que se articularam no WRC não se limitaram aos congressos. Quando, em 1978, Ronald Lee e outros representantes da IRU apresentaram pedido de *status* consultivo no Conselho Econômico e Social (ECOSOC) das Nações Unidas, tiveram o apoio do governo indiano. Além disso, em 1976, Indira Ghandi recebeu uma delegação de ciganos que participaram do primeiro *International Romani Festival* em Chandigarh e, na ocasião do segundo *International Romani Festival*, em 1983, participou da abertura do festival. A propósito, o discurso de Indira Ghandi na abertura do segundo festival aparece no discurso dos agentes políticos que afirmam a origem indiana dos ciganos como exemplo do reconhecimento da primeira ministra em relação a essa origem.

Países como Índia e Iugoslávia tiveram um papel importante para o reconhecimento público do nacionalismo cigano. Esses países, porém, contribuíram para a construção de uma identidade cigana internacionalista e, portanto, livre de pretensões territoriais e de cidadania junto a seus Estados. A colaboração da Índia com o movimento cigano foi feita de modo a não comprometer ou suscitar reivindicações por direitos territoriais ou de cidadania. Um secretário do governo indiano chegou a observar que a suposta origem indiana dos ciganos corresponde à região que hoje são os Estados do Paquistão e Afeganistão. Além disso, o discurso de Indira Gandhi, que os agentes políticos mencionam como uma evidência do reconhecimento da origem indiana, não afirma que os ciganos são indianos. Lendo o discurso na íntegra, notei que Indira Gandhi não afirma que os ciganos possuem uma origem indiana, mas realça o seu sentimento de que existe uma conexão entre a Índia e os ciganos. Não existe, nesse sentido, um reconhecimento oficial do Estado indiano em relação à origem dos ciganos. Durante encontro com o ministro da Cultura do país, em 2001, lideranças da IRU reivindicaram o estatuto de “povo de origem indiana” e mesmo a possibilidade de recebimento de passaportes indianos foi discutida. Mas, sem medidas oficiais do lado indiano, esse assunto foi rapidamente esquecido (MARUSHIAKOVA e POPOV, 2004, p. 83).

A narrativa política do RCC reconhece o apoio do governo de Indira Gandhi e o papel do Estado indiano para o reconhecimento da identidade *Roma* na esfera pública:

Senhora Indira Gandhi reconheceu abertamente os *Roma* como uma população indiana fora da Índia e foi o governo indiano um instrumento fundamental para ajudar nosso povo a alcançar sua representação nas Nações Unidas, e na criação do nosso primeiro Congresso Romani Mundial. A Índia agora está ajudando com as nossas reivindicações para o retorno das posses de ouro e outros direitos de vítimas do holocausto *romani* e atualmente em depósito em bancos suíços. Sem o apoio de um governo nacional, a voz *romani* teria sido levada pelo vento, e estas coisas provavelmente não teriam mesmo acontecido¹⁹.

Em 1979, quando Ronald Lee e outros agentes políticos pediram o reconhecimento da IRU como ONG ligada às Nações Unidas, a Índia, que era membro do “Comitê de ONGs”, votou a favor de sua aceitação e colaborou com o processo de convencimento de outros países membros, como Iugoslávia e União Soviética. O apoio dado pela Índia nesse momento é considerado importante porque, a partir daí, os ciganos passaram a ser reconhecidos por um organismo internacional. Em outras palavras, isso representou o reconhecimento da codificação dos ciganos como uma minoria étnica e nacional, que se autodefine como *Roma* (as Nações Unidas adotam essa categoria). Para Ronald Lee, esse foi o momento mais importante de sua carreira como ativista. Por isso, quando questionado sobre o seu maior sucesso, ele respondeu: “O maior sucesso para mim foi quando eu estive com Yul Brynner, Ian Hancock e John Tene nas Nações Unidas, em 5 de julho de 1978, em Manhattan, para apresentar uma petição pedindo *status* de ONG”. Para Ronald Lee, este foi o primeiro passo para o processo, ainda em curso, de reconhecimento dos ciganos como uma nação²⁰.

¹⁹ Vf. http://www.radoc.net/radoc.php?doc=art_d_identity&lang=fr&articles=true.

²⁰ Em relação a esse processo, em 2001, o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, encontrou com o presidente da IRU em Nova Iorque. Esta reunião representou a primeira ocasião na qual um secretário-geral reuniu-se com um representante da IRU no curso de seus esforços para o reconhecimento de uma nação *romani*. De acordo com o representante da IRU, Kofi Annan expressou seu apoio para o conceito de nação cigana, um dos principais temas em discussão.

Romaphobia e narrativas de perseguição

Ronald Lee e outros agentes políticos do RCC trabalham para o reconhecimento da identidade *Roma* na esfera pública como de uma etnia historicamente perseguida. A “narrativa *romani*”, que começa na Índia, assinala que os grupos que vieram a formar os ciganos deixaram o país por causa da perseguição do Império Ghaznavida e da expansão islâmica. Segundo essa narrativa, o deslocamento cigano em direção à Europa é marcado por perseguições. Quando chegam à Europa, a perseguição que passam a sofrer explica também a sua dispersão na região. Assim, os deslocamentos e a dispersão do povo cigano encontram sua explicação nas perseguições históricas sofridas por eles. Como observa Hancock, “acredito que a fragmentação não foi resultado de fatores voluntários internos, mas sim em razão da hostilidade externa” (1991, p. 139).

A perseguição aparece no discurso de agentes políticos e associações ciganas como um “denominador comum” a todos os ciganos. Ela supõe uma unidade, porque apesar das diferenças entre eles, a perseguição os caracteriza etnicamente ao longo da história. Isso se relaciona ao conceito desenvolvido por agentes políticos: a categoria nativa “*Romaphobia*” – ou “*anti-Tsiganism*” e “*anti-Gypsyism*” (em analogia com o antisemitismo) – que tem ganhado força na esfera pública, já sendo parte obrigatória dos discursos de ativistas quando a situação dos ciganos é discutida (MARUSHIAKOVA e POPOV, 2010). O ponto central deste conceito é a ideia de que os ciganos vivenciam uma perseguição linear que começa na Índia e tem no holocausto seu ápice. Nas palavras de Ian Hancock,

a maior tragédia que se abateu sobre a população *romani* europeia foi a tentativa de erradicá-la como parte do plano nazista para se ter uma Europa livre de ciganos. Embora não tenha sido o primeiro plano governamental para exterminar ciganos (o imperador alemão Karl VI já havia emitido uma ordem desse tipo, em 1721), foi de longe o mais devastador, em última análise, destruindo mais de metade da população cigana na Europa ocupada pelos nazistas. Ciganos foram a única população além de judeus que foi alvo de extermínio racial/étnico no contexto da Solução Final²¹ (2002, p. 34).

²¹ Sobre o genocídio dos ciganos durante a Segunda Guerra Mundial, ver Auzias (2004); Donald Kenrick e Grattan Puxon (2004); e Hancock (2002).

O holocausto durante a Segunda Guerra Mundial está se transformando em um evento-chave da história dos ciganos, ao lado da emigração da Índia e das perseguições anticiganas na Europa durante a Idade Média e da escravidão nos principados da Valáquia e Moldávia. Através desses pontos principais, bem como da ajuda de movimentos de direitos humanos²², “a principal imagem dos ciganos tem sido a de ‘eterna vítima’ da história mundial, um objeto interminável de perseguições em todos os países em que viveram e vivem hoje em dia” (MARUSHIAKOVA e POPOV, 2010, p.88).

Na perspectiva do RCC, o reconhecimento dessa narrativa de vitimização tem um papel muito importante para os ciganos que pedem refúgio no Canadá, pois o seu reconhecimento justifica o refúgio. Por isso, um dos elementos mais realçados na construção da identidade *Roma* pelo RCC é o seu histórico de perseguição. A referência ao holocausto ocupa, assim, um lugar importante no discurso público do RCC. A atuação de grupos nazistas e que defendem a supremacia da “raça branca”, perseguindo ciganos, desde o começo do século XX até os dias de hoje, é um tópico bastante explorado pelo RCC. Além da produção literária de Ronald Lee e de outros agentes políticos sobre o holocausto, atividades como palestras, debates, exposições e entrevistas são organizadas pela associação.

No primeiro semestre de 2011, a então diretora do RCC participou de três eventos ligados ao holocausto em Toronto. Ela entrevistou uma sobrevivente do genocídio cigano de origem húngara, foi palestrante durante o *30th Annual Holocaust Education Week*, ligado ao *Sarah and Chaim Neuberger Holocaust Education Centre*, e conseguiu a inclusão dos ciganos como vítimas na exposição sobre o holocausto no *Canadian Museum for Human Rights* – chamada *Forced Migration and Holocaust*. Durante a reunião anual do RCC, a diretora fez um balanço das atividades mais importantes do ano e disse que estas ações de construção e difusão da memória do genocídio cigano devem ser vistas como grandes conquistas da associação. Isto porque tais ações contribuem para a identificação pública dos ciganos como vítimas da perseguição nazista na Europa. Assim, no contexto das ações do RCC, é considerada uma prioridade a construção de uma memória

²² Por exemplo, as organizações não governamentais *Human Rights Watch*, Anistia Internacional e *European Roma Rights Center*, assim como fundações privadas, como a Fundação Soros e Fundação Ford.

em torno do holocausto, usualmente traduzido por agentes políticos, para o nome em romani *Porrajmos* (*the Devouring*, em hebraico, a *Shoa*).

Não apenas para o RCC este é um tópico importante. A relação do holocausto com os ciganos está intimamente ligada à história e ao desenvolvimento contemporâneo do nacionalismo cigano. Desde o início oficial de um movimento cigano internacional, com a criação da IRU, este tema é um dos mais importantes, em parceria com as ideias de “unidade dos Roma em todo o mundo, superando todas as suas diferenças, e da necessidade de luta pela igualdade de direitos em escala global”. Uma ação contemporânea importante é mostrar publicamente que há um “holocausto esquecido” – o dos ciganos, que deve adquirir relevância pública (MARUSHIAKOVA e POPOV, 2010).

Nesse sentido, Ronald Lee, representando a IRU, pediu às Nações Unidas que os *Roma* fossem reconhecidos como vítimas de perseguição histórica. Ele considera que o tema da perseguição, especialmente do genocídio durante a Segunda Guerra Mundial, é uma questão delicada, porque justifica direitos e reivindicações. Por exemplo, demandas por compensações financeiras²³ aparecem diretamente relacionadas a essa questão que, no primeiro congresso da IRU, foi bastante discutida e, enquanto tema, aparece em todos os congressos seguintes (Genebra em 1978, Göttingen em 1981, Varsóvia em 1990, Praga em 2000, Lanchiano em 2004, e Zagreb em 2008). A IRU criou uma Comissão específica sobre o holocausto que foi formada por Ronald Lee e Ian Hancock, entre outros.

²³ O tópico das compensações pelo holocausto é atualmente um tema importante e controverso durante os congressos da IRU e no WRC. Durante o terceiro WRC, realizado em 1981 na cidade de Göttingen, na Alemanha, este tópico ocupou boa parte das discussões e ações para alcançar o reconhecimento oficial de Estados e organismos internacionais. Entre elas, o pedido formal de reconhecimento e inclusão dos ciganos na relação de vítimas do holocausto feito por delegações de ciganos e pelo Conselho Central dos *Sinti e Roma* alemão. Segundo meus informantes, apesar do reconhecimento de que os ciganos foram vítimas do nacional-socialismo de Hitler, os ciganos não receberam apoio financeiro para prosseguir o tratamento de casos individuais, através dos quais as compensações poderiam ser pagas. Eles dizem que como não existem documentos, as pesquisas históricas foram comprometidas. Além disso, os registros herdados do regime nazista foram destruídos pelas polícias locais. Por isso, o Conselho Central tem também procurado conseguir as compensações de empresas alemãs para os sobreviventes ciganos do “programa de trabalhos forçados nazista”, porque nesses casos dispõe-se de documentação mais consistente.

O tema do holocausto dos ciganos, porém, está muito longe de ser apenas uma questão em torno de compensações financeiras²⁴. Há uma dimensão mais importante, que é o desenvolvimento da identidade *Roma* na esfera pública. Nas últimas décadas, a perseguição étnica tem formulado a base a partir da qual a identidade *Roma* pode ser construída. Marushiakova e Popov consideram o holocausto como um paradigma global para as narrativas sobre os ciganos:

O tema do holocausto cigano, na verdade, se transformou em um conjunto inteiro de lendas etiológicas do passado e é um dos mitos mais importantes da nova ideologia nacional *Roma*, atualmente em fase de criação (MARUSHIAKOVA e POPOV, 2010, p.88).

No processo de construção da nação, “falar sobre os mortos”, estabelecer uma conexão entre os vivos e os mortos, tem um papel importante, como observa Anderson (2008). Nesse sentido, o holocausto, como uma questão no RCC, está mais relacionado ao seu interesse na construção de uma identidade do que em possíveis compensações financeiras. O reconhecimento do papel de vítima dos ciganos estrutura a narrativa de perseguição construída pelo RCC. Ronald Lee e outros agentes políticos procuram mostrar que tanto a perseguição nazista, durante a ocupação alemã no contexto da Segunda Guerra Mundial, quanto a perseguição que os ciganos vivenciam atualmente em países do antigo Bloco Comunista são questões semelhantes. Essa continuidade é concebida pelos agentes políticos do RCC como fundamental na construção de uma identidade pública para os ciganos no Canadá e no mundo. O RCC formula uma narrativa política marcada por esse histórico de vitimização, sobretudo

²⁴ Na literatura da última década sobre o tema (como em Marushiakova e Popov (2010) e Auzias (2004)) e, de acordo meus dados etnográficos, os ciganos, assim como suas associações e agentes políticos, não conseguiram compensações. Programas de construção da memória têm sido até criados por agentes políticos que pleiteiam recursos em diferentes arenas, como nas Nações Unidas e junto ao *Holocaust Memorial Museum* (nos Estados Unidos). Mas o genocídio cigano não conta com reconhecimento formal do Estado alemão, que deve arcar com as compensações. Em 27 de janeiro de 2011, aconteceu o primeiro ato de reconhecimento da Alemanha. Na cerimônia oficial alemã para o Dia da Memória do Holocausto, Zoni Weisz, cigano holandês que escapou da morte durante a perseguição nazista, se tornou o primeiro convidado cigano a participar. Nessa cerimônia foram reconhecidas as “injustiças nazistas aos ciganos”, como a morte do popular boxeador alemão Johann Trollmann.

frente aos grupos nacionalistas que afirmam a supremacia da raça branca. A conexão entre o nazismo, durante o período de Hitler, e a atuação de grupos neonazistas, na atualidade, estrutura o discurso público do RCC. Assim, a violência de grupos nacionalistas que agridem os ciganos na Europa se relaciona diretamente à perseguição nazista de Hitler. Essa associação entre o holocausto e a perseguição nos dias de hoje é comum ao discurso do RCC e constitui um traço fundamental da narrativa política. Em entrevista, o diretor executivo da associação disse que, recentemente, um novo grupo, chamado *National Guard*, comemora o aniversário de Hitler, marcha e espanca qualquer pessoa com a pele escura que eles encontram, “gritando ‘A República Checa é para os brancos!’”. Este grupo é um desdobramento da Guarda Magyar da Hungria:

Eu tive uma senhora no meu escritório que veio da Hungria e quando escrevi seu pedido de refúgio, constatei que não tinha acontecido muita coisa com ela, em comparação com a maioria dos casos com outros *Roma*. Então perguntei ‘Por que você veio ao Canadá?’ E ela respondeu ‘Parece que Hitler está voltando’.

Ao lado de seu esforço para que o histórico de perseguição faça parte da representação pública da identidade *Roma* no Canadá, o RCC procura mostrar que a atuação de grupos de “extrema direita branca” conta com a conivência dos Estados que, em muitos casos, são governados por partidos nacionalistas que negligenciam os ciganos e suas demandas sociais, por considerá-los estrangeiros e cidadãos de segunda categoria. Em entrevista, o diretor executivo do RCC observou que a polícia não investiga e ignora as reclamações dos ciganos quando perseguidos por grupos anticiganos:

Uma família checa foi à polícia, porque eles tiveram coquetéis molotovs jogados dentro de suas casas e foram espancados algumas vezes. Eles foram à polícia e suas queixas foram ignoradas. Um dos membros da família foi agredido sob custódia [...]. Os *Roma* são atacados o tempo inteiro. Eles me falam que mesmo mulheres grávidas são atacadas e espancadas nas barrigas. A polícia diz que se você não tem o nome dos agressores, eles não podem ajudá-lo. Sete ou oito mulheres me contaram esse mesmo tipo de história. Isso é a República Checa. A polícia não está disposta a investigar.

A construção da identidade *Roma*, tal como se observa no contexto do RCC – vítimas da perseguição nazista e sem direitos de cidadania nos seus países – justifica, em tese, a posição dos ciganos como refugiados no Canadá. Considerando que o refugiado é “uma pessoa que deixa seu país por causa do medo fundamentado de perseguição” (IRB, 2009), a narrativa linear de perseguição legitima o refúgio. A referência ao nazismo, e principalmente ao holocausto, deve ainda ser considerada levando-se em conta o valor simbólico do holocausto como *paradigma radical* (TURNER, 1974), ou seja, algo que evoca um evento principal capaz de trazer consigo toda uma série de considerações sobre uma dada temática. Nesse caso, trata-se de um acontecimento representado como o caso máximo de perseguição e assassinato em função de questões étnicas e raciais. Além disso, como Katia Lerner argumenta, o lugar que o termo “holocausto” passou a adquirir pode ser melhor compreendido a partir da mudança de estatuto que a ideia de “vítima” alcançou nas últimas décadas. Peter Novick aponta como a condição de “injustiçados” adquiriu força e valorização social, transformando a vítima em uma espécie de “anti-herói”, possibilitando-lhe ganhos de diferentes naturezas, como prestígio, recursos e assim por diante:

O historiador Charles Maier, de Harvard, talvez com algum exagero, descreveu a moderna política em determinados contextos como ‘uma competição de enaltecimento de dores. Cada grupo reivindica sua parcela de honra pública e de fundos públicos, ao pressionar com suas incapacidades e injustiças’ (NOVICK, 2000, p. 8; LERNER, 2004, p. 138).

A identidade pública de um povo perseguido, vítima do holocausto, e sem assistência de seus governantes justifica a posição dos ciganos como refugiados, tornando oportuna a produção de narrativas que afirmem sua vitimização.

A produção da verdade nos hearings do IRB

Antes do IRB, as políticas de imigração e refúgio no Canadá eram da competência do *Minister of Employment and Immigration Canada* (EIC), agindo sob o conselho de um corpo consultivo do *Refugee Status*

Advisory Committee (IRB, 2009). A seleção de refugiados era feita *ad hoc*, através de documentos e sem uma audiência com os reclamantes (LACROIX, 2004, p. 150). Essa forma de se conduzir o processo de refúgio mudou depois de reclamações, como a de Harbhajan Singh. Entre 1977 e 1980, Harbhajan Singh e outros seis *Sikhs* reivindicaram *status* de refugiados no Canadá, mas tiveram seus pedidos negados pelo EIC. Singh então apelou à Suprema Corte, que considerou seu pedido de refúgio fundamentado. O caso “*Singh versus Minister of Employment and Immigration*”, de 1985, é apontado como um divisor de águas em relação à reestruturação do processo de determinação de refúgio no país (BUTLER, 2009; LACROIX, 2004). A partir desse caso, o IEC cria um tribunal independente (o IRB) para julgar os pedidos de refúgio e os refugiados passam a ter direito a uma audiência oral com os juízes – o *hearing*²⁵.

O processo de refúgio no Canadá pode envolver vários passos, dependendo das circunstâncias dos casos, mas quatro etapas são indispensáveis: comunicar sua intenção às autoridades do país através do *Canada Border Services Agency* (CBSA) ou *Citizenship and Immigration Canada* (CIC); sendo o pedido considerado elegível, ele é encaminhado para o *Refugee Protection Division* (RPD) do IRB²⁶; o RDP marca uma entrevista e o reclamante preenche um “formulário” chamado *Personal Information Form* (PIF). Neste, o reclamante deve escrever sua “narrativa” (categoria nativa da burocracia canadense) em duas páginas, estabelecendo em ordem cronológica

²⁵ A audiência se tornou obrigatória porque no julgamento do caso “*Singh versus EIC*”, a juíza Bertha Wilson considerou que os reclamantes a refúgio deveriam ter sido ouvidos para que o caso fosse analisado com justiça e não aceitou a alegação do EIC de que a realização de audiências para os refugiados era muito onerosa para o Estado. Desse modo, o *hearing* tornou-se um direito dos reclamantes a refúgio no Canadá e uma das etapas do processo de refúgio. A antropóloga Lucía Eilbaum observa que a introdução de audiências orais, na Argentina, é percebida pelos operadores do direito como uma vantagem, porque dessa forma pode-se “ver, ouvir e sentir” os depoimentos. Em seu trabalho, Lucía Eilbaum explora como na audiência oral é produzida uma verdade que tem a ver com uma avaliação do conhecimento pessoal, de percepções, e não apenas com provas fáticas (2006). A audiência realçaria a “dimensão humana” do caso.

²⁶ As principais causas de inelegibilidade incluem: não ter tido sucesso em um pedido de refúgio anterior; ter estatuto de refugiado em outros países para os quais se possa retornar com segurança; ter vindo para o Canadá através de um país seguro do Terceiro Mundo; e sendo inadmissível devido a questões de segurança, criminalidade grave ou violações de direitos humanos. Para a lista completa dos motivos de inelegibilidade, ver *Immigration and Refugee Protection Act*, SC 2001, C27, s101.

todos os eventos significativos e a razão que o levou a pedir proteção no Canadá; e, por último, uma vez que o requerente tenha preenchido e enviado o PIF, o IRB escolhe um dos três processos possíveis para decidir a reclamação: um processo rápido acelerado (*fast track process*), uma audiência rápida (*fast track*), ou uma audiência completa (*full hearing*). Na escolha do processo adequado a seguir, são considerados fatores que incluem a natureza da reclamação e do país de origem.

As audiências no IRB são definidas como um processo não adversarial (ROUSSEAU *et al.*, 2002, p. 44), no qual o reclamante apresenta as provas e o relato oral que justificam o seu pedido de refúgio. Embora a audiência tenha sido estabelecida como um direito do refugiado, os informantes ciganos falavam dos *hearings* como um julgamento no qual são concebidos como réus. Muitos reclamantes a refúgio descreveram sua audiência utilizando uma linguagem adversarial. Eles frequentemente comparavam o *board of members* com juízes e a audiência com um júri. Não apenas consideravam que estavam sendo julgados, mas também que a justiça canadense pressupõe que são “culpados” e, portanto, sempre questionará seus argumentos, ainda que as chances de se conseguir refúgio no Canadá sejam muito superiores a outros países, como Inglaterra, Alemanha e Áustria (GUY, 2003, p. 67). De fato, nas audiências que assisti, eles pareciam culpados. Observei que o juiz confrontava os argumentos e informações apresentadas e que seu comportamento contrastava com a polidez das instituições canadenses. Abaixo, passo a descrever a audiência de I Skapik²⁷, focalizando o uso da narrativa política do RCC.

I Skapik nasceu em 1982, na cidade de Ostrava, na República Checa. Em 2008, ele chegou ao Canadá e pouco tempo depois deu entrada em seu pedido de refúgio, alegando ser perseguido por grupos de *skinheads* e neonazistas em sua cidade. Essa é a justificativa de refúgio que aparece na narrativa apresentada por I Skapik no seu formulário PIF. Como em todos os *hearings*, a audiência de I Skapik aconteceu em uma sala do IRB, onde nada pode ser registrado através da escrita ou gravação eletrônica ou outros meios de comunicação, como celular e internet. Na sala do *hearing*, a bandeira nacional e um símbolo das forças armadas

²⁷ I Skapik é o nome fictício de um interlocutor. Faço uso de um pseudônimo para preservar sua identidade.

do Canadá estão atrás do juiz, sentado em frente a uma mesa grande de madeira. O *counsel* do reclamante fica à esquerda do juiz e o reclamante, à direita, ao lado do tradutor; todos de frente para o juiz e de costas para o público (que pode ser formado por testemunhas, membros da família e pesquisadores como eu)²⁸. A audiência de I Skapik começou com a leitura da lista de presença dos envolvidos diretamente no caso. Depois disso, o juiz pediu para que o reclamante apresentasse sua narrativa e justificasse seu pedido de refúgio.

Atendendo o juiz, I Skapik apresentou sua justificativa. Primeiro, falou sobre sua infância no orfanato, onde viveu por 13 anos, porque seus pais não tinham condições de criá-lo. Contou que sua família não encontra emprego na República Checa, porque são identificados como ciganos, por causa da cor escura de sua pele. De acordo com I Skapik, os ciganos são preteridos no mercado de trabalho de forma aberta pela população branca. Depois disso, I Skapik contou três histórias detalhadas de agressões que ele e seus familiares sofreram. Falou sobre os agressores, membros de grupos de *skinheads*, as dores e lesões e o péssimo atendimento que encontrou no hospital. Por fim, I Skapik descreveu o sentimento de insegurança que experienciava em sua cidade, realçando em seu discurso o crescimento de grupos neonazistas e suas articulações com a polícia. Ele descreveu rituais públicos nos quais símbolos da ideologia nazista, como durante o aniversário de Hitler, quando homens brancos vestidos de preto marcham pelas ruas. O discurso de I Skapik foi muito bem estruturado, contendo frases diretas: “Eu sinto um grande medo de voltar para a República Checa, porque já fui agredido e tenho certeza de que serei novamente pelos *skinheads*”; “A polícia não prende os agressores, porque não gosta dos ciganos”. (As citações dos atores durante a

²⁸ O *counsel* tem o papel de instruir o reclamante no que se refere aos trâmites e códigos da audiência e do processo de refúgio como um todo. Ele atua como um “advogado”, embora não exista a exigência de formação. O *counsel* pode ser um parente, amigo, ativista, advogado etc. O Estado canadense não oferece o serviço de *counsel*, apenas contribuindo com um fundo para *Refugee Legal Aid Service*, que não atende a demanda. Assim, existe um amplo mercado de trabalho para advogados e pessoas que se especializaram em *consulting* no país. Fora desse mercado privado, existem ONGs que oferecem o serviço através de funcionários e voluntários. Mais detalhadamente sobre a atuação do *counsel* e o seu importante papel no processo de determinação de refúgio, ver Sean Rehaag (2011), sobre o Canadá; e Ramji-Nogales (2007), sobre os Estados Unidos. O tradutor é disponibilizado pelo IRB e a tradução é literal.

audiência não correspondem a transcrições literais, sendo reconstituições da fala a partir de anotações que fiz depois de encerrado o *hearing*).

O discurso de I Skapik foi contestado e satirizado de várias maneiras pelo juiz, destaco três delas: primeiro, quando I Skapik disse que sua família não conseguia arrumar emprego, o juiz perguntou se eles recebiam auxílio do governo, seguido de um comentário “As pessoas gostam de ficar desempregadas para viver à custa do Estado”. Segundo, o juiz questionou o fato de I Skapik ter somente três registros de agressões sofridas, dizendo: “O reclamante diz ter sido agredido várias vezes, mas por que foi ao hospital e à polícia apenas três vezes? Se você é atacado por um grupo de *skinhead*, você precisa ir ao hospital. Três vezes é muito pouco; não são várias vezes”. O juiz fez essa mesma pergunta em torno de quatro vezes. Repetir a mesma questão foi comum na audiência. Por último, o juiz confrontou o texto escrito por I Skapik em seu formulário e o relato oral apresentado. Na narrativa escrita, I Skapik dizia ter sido atacado “em torno de oito vezes”, mas no relato oral disse ter “perdido a conta de quantas vezes tinha sido espancado”. O juiz insistiu na contradição entre os relatos muitas vezes, questionando o porquê de I Skapik ter alterado sua informação. As diferenças entre a narrativa escrita no PIF e o relato oral que estava sendo apresentado ocuparam a maior parte do *hearing*. Comparando a audiência de I Skapik com outras audiências que assisti, posso dizer que o “confronto entre a escrita e a oralidade” tem um papel decisivo na produção da verdade. A coerência entre a narrativa escrita no momento em que se faz o pedido de refúgio e o relato oral apresentado durante a audiência é fundamental para a produção de uma “prova a favor”. Assim, o diretor executivo do RCC costuma fazer uma cópia dos pedidos, das narrativas escritas, e, um pouco antes da audiência, ele pede aos reclamantes que façam sua leitura ou ele mesmo lê para eles, lembrando a importância de não contradizê-la. No processo de produção da verdade, a correspondência entre o texto escrito e o relato oral tem um papel muito importante. Segundo o diretor executivo do RCC, a correspondência entre o escrito e oral é um “sinal de verdade”, sendo a existência de diferenças, ainda que pequenas entre eles, motivo para suscitar a profunda desconfiança do juiz.

Enquanto I Skapik respondia as questões, o juiz interrompia seu relato, repetindo as mesmas perguntas e, de forma sarcástica, indicando sua desconfiança em relação ao que era dito. I Skapik respondia ao juiz

de forma muito organizada, repetindo frases de efeito como “Eu sou uma vítima do ódio racial dos *skinheads*”, “Eu tenho muito medo de ser morto, porque tenho a pele escura, e eles sabem que eu sou cigano”. I Skapik falou em checo e o tradutor traduzia para o inglês. O que o juiz falava em inglês era, por sua vez, traduzido para o checo. I Skapik falava em checo, mas disse algumas frases em inglês. Ele intercalou o checo e inglês em alguns momentos. Quando o juiz perguntou sobre o porquê de estar no Canadá, ele respondeu em inglês: “Eu estou aqui, porque quero ficar livre da perseguição nazista”.

Considero que I Skapik parecia ignorar a “agressividade” do juiz que chegou a bater na mesa dizendo que “não era possível que um país-membro da União Europeia, como a República Checa, pudesse ser tão inseguro”. Neste momento, o *counsel* de I Skapik interveio afirmando que os relatórios da Anistia Internacional, Cruz Vermelha e *Human Rights Watch* atestavam a violência racial contra os ciganos no país. O *counsel* tem um papel importante na determinação do processo de refúgio. Informado sobre a realidade cultural e política do país acusado de não proteger o reclamante, o *counsel* pode argumentar diante do juiz. Se ele conhece as demandas do *hearing*, e tem conhecimentos sobre a situação de perseguição na qual se encaixa o reclamante, a probabilidade da audiência ter sucesso é muito maior (SEAN REHAAG, 2011).

Apesar do bom desempenho do *counsel* de I Skapik na descrição do quadro de perseguição aos ciganos na República Checa e documentos que atestassem o seu discurso, ao fim da audiência, pensei que ela tivesse sido desastrosa por dois motivos já mencionados. Primeiro, porque o juiz fez as mesmas perguntas repetidas vezes e, segundo, pelos seus comentários. De maneira geral, a performance do juiz correspondia às descrições do antropólogo Roberto Kant de Lima para os atores que atuam no controle social de tradições jurídicas fundadas na desconfiança e suspeição (KANT; 1995 e 2010). O comportamento do juiz chamou a minha atenção, pois não esperava encontrá-lo em instituições canadenses, idealizadas por mim como espaços nos quais o “réu” teria a “presunção da verdade”.

A minha opinião em relação à audiência, no entanto, contrastava com a avaliação do tradutor e *counsel* da audiência. Para eles, I Skapik teve um bom desempenho frente à “conduta padrão” do juiz. Conversando

sobre o que me parecia um “comportamento inquisitorial”, ambos me explicaram que o juiz agiu corretamente ao externalizar sua desconfiança. Segundo eles, cabe ao reclamante provar que está falando a verdade, porque, como um “não cidadão canadense”, ele não tem a “prerrogativa da inocência”. Diferente do tratamento concedido a cidadãos, o juramento de que se falará a verdade e nada mais que a verdade não é o suficiente para que seu discurso tenha efeito de verdade. Nada impede, portanto, que o juiz mostre sua suspeição, assim como suspenda as regras da polidez²⁹ que regulam a interação social em outras esferas da sociedade, cabendo ao reclamante fornecer as provas de que o seu caso se aplica à Convenção das Nações Unidas de 1951 ou do *Immigration and Refugee Protection Act* (IRPA) para o *status* de refugiado. Nesse sentido, a suspeição era esperada como uma “operação jurídica”, não sendo uma prática sigilosa. O *counsel* e o tradutor tinham razão em discordar da minha avaliação, porque o caráter explícito do juiz canadense contrasta com a lógica inquisitorial, marcada pelo segredo (KANT DE LIMA, 1995).

De acordo com o IRPA e a Convenção das Nações Unidas de 1951 (incluindo suas ratificações), refugiado define-se como quem “devido a fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país”. Considerando essa definição, o processo de determinação de refúgio não pode ser considerado apenas do seu ponto de vista técnico. Ele envolve de qualquer maneira uma mediação social cujos termos dependem do tipo de relação estabelecida com o Estado de acolhida e de quais categorias são agenciadas pelas instituições para enquadrar estes sujeitos segundo diferentes sensibilidades jurídicas (GEERTZ, 2000; KANT DE LIMA, 2010). Nesse sentido, o processo de refúgio pode ser entendido como um campo onde diferentes níveis de agência, poder e identidade são negociados e performatizados.

²⁹ Autores que criticam o processo de refúgio observam que quebrar as regras da polidez durante a audiência é um erro legal que pode ter consequências psicológicas catastróficas para as pessoas que reclamam refúgio (ROUSSEAU *et al.*, 2002, p. 66).

Multiculturalismo canadense e binarismos: vítimas ou malandros?

A autorrepresentação do Canadá como uma nação harmoniosa e multicultural contribui para que a armadura discursiva geral das pessoas no país envolva o reconhecimento da diversidade em suas diferentes dimensões (étnica, nacional, linguística, religiosa, sexual etc.), das convenções humanitárias e acordos internacionais, como a Convenção de Genebra de 1951, que reconhece o *status* legal de refugiado. Como observa a página do IRB, sobre a “tradição humanitária canadense”: “Nossa compaixão e justiça são uma fonte de grande orgulho para os canadenses”³⁰. Essa autorrepresentação multicultural e humanitária foi muito afirmada durante o trabalho de campo. A maioria dos canadenses que conheci falou sobre sua preocupação em respeitar a diversidade e direitos universais. Sendo a linguagem do multiculturalismo um imperativo comunicacional, a adoção da categoria *Roma* encontrou aceitação, assim como a narrativa de vitimização do RCC.

A categoria *Roma*, apresentada pelo RCC como a maneira correta de se designar uma etnia/nação, encontrou acolhida e canais de difusão no Canadá. O discurso do RCC de defesa dessa categoria é adequado à linguagem do multiculturalismo. Categorias nativas e “corretas”, que respeitem as diferenças, são adotadas pelo sistema de educação e outros setores da sociedade. Por exemplo, a categoria *First Nations* tem substituído o termo *Indigenous people*, em um processo semelhante e anterior à alteração de *Gypsy* por *Roma*. Assim como acontece com a categoria *Roma*, o termo *First Nations* encontra resistências daqueles que são designados por ele. Conheci “índios” canadenses que me disseram considerar o termo *First Nations* tão generalizante, externo e pejorativo quanto *Indigenous*.

A justificativa para o uso dessas categorias consideradas nativas envolve histórias de perseguição e o risco de “extinção cultural”. O histórico de sofrimento (incluindo genocídio) e o perigo da perda da cultura, como a língua, fazem com que o uso dessas categorias expresse a preocupação de seus falantes com os grupos em posição minoritária na sociedade. Em outras

³⁰ Ver <http://www.cic.gc.ca/english/refugees/canada.asp>.

palavras, a adoção da categoria *Roma*, assim como o reconhecimento da narrativa de vitimização, fazem parte do discurso “multiculturalmente” informado que circula em muitos espaços da sociedade canadense.

Diante desse quadro, na década de 1990, quando os ciganos começaram a pedir refúgio no Canadá enquanto ciganos, isto é, alegando serem perseguidos por sua etnicidade, alcançaram bons índices de aceitação. Entre 1996 e 1998, 90% de ciganos checos e 70% de ciganos húngaros foram aceitos como refugiados (ST. CLAIR, 2007). O reconhecimento da narrativa de perseguição pelo IRB foi tão expressivo que as audiências, segundo informantes do RCC, eram muito mais simples e rápidas do que a descrita no caso de I Skapik. Embora os pedidos fossem avaliados individualmente, o IRB reconhecia os ciganos como uma minoria étnica perseguida nos países do antigo bloco comunista por grupos nacionalistas. Assim, mesmo que julgados individualmente, existia o reconhecimento de que os ciganos eram perseguidos enquanto uma minoria étnica. Nesse período, é realizado um número significativo de *fast track hearing*.

Nos anos seguintes, entretanto, o índice de aprovação dos pedidos diminuiu rapidamente. Se entre 1996 e 1998, 70% dos pedidos encaminhados por nacionais da Hungria foram aceitos, em 1999, 92% desses pedidos foram rejeitados. Segundo o diretor executivo do RCC,

com o número cada vez maior de ciganos húngaros, e um rumor de 15.000 a mais no caminho, o IRB organizou um processo sem precedentes para avaliar as condições na Hungria. A decisão negativa, proferida em 21 de janeiro de 1999, levou a uma diminuição dramática nas taxas de aceitação para ciganos húngaros, de 70% em 1998 para 8% no período de abril a setembro de 1999.

Apesar disso, em 2001, os húngaros foram o maior grupo de refugiados no Canadá, com 3.895 casos, ou cerca de 10.000 indivíduos. Nesse mesmo ano, em dezembro, o governo canadense impôs novamente o pedido de visto de entrada ao país para nacionais da Hungria (ST. CLAIR, 2007; LEFEBVRE, 2003; IRB, 2009).

A reimposição de visto para a entrada de nacionais da Hungria no Canadá se relaciona a um conjunto de medidas adotadas pelo Estado canadense para que os ciganos não fossem mais contemplados com

decisões favoráveis ao refúgio no país (ST. CLAIR, 2007; BUTTLER, 2009; LEFEBVRE, 2003). O ministro do *Citizenship, Immigration and Multiculturalism*, Jason Kenney, tem um papel importante nesse processo ao inverter a representação dos ciganos de vítimas a potenciais criminosos, aproveitadores e “refugiados econômicos”. O ministro Kenney assinalou que os ciganos, em vez de vítimas, são, na verdade, pessoas que se aproveitam do multiculturalismo canadense e de sua política humanitária (LEFEBVRE, 2003).

Não existe uma definição jurídica para a categoria “refugiado econômico” no Canadá, mas ela aparece no discurso de representantes do Estado para descrever sujeitos que solicitam refúgio por razões econômicas, isto é, pessoas que estão em busca de emprego e/ou benefícios no país de imigração. Na perspectiva do ministro Jason Kenney e de Stéphane Lefebvre, do *Department of Solicitor General of Canada*, o “refugiado econômico” não é um refugiado legítimo, pois o motivo pelo qual ele pede refúgio não se relaciona a um fundamentado medo de perseguição (LEFEBVRE, 2003, p. 319)³¹. Para eles, os ciganos não são refugiados genuínos porque suas motivações são econômicas e, além disso, vivem em países democráticos e seguros³².

No texto *Roma and the Czech-Canadian visa issue*, Stéphane Lefebvre explica por que os ciganos são “refugiados econômicos”. Citando o relatório encomendado pelo governo canadense para avaliar os motivos pelos quais os ciganos deixam a República Checa, Lefebvre observa que

³¹ Em uma perspectiva distinta, Hélon Povoia diz que “a nova categoria de ‘refugiado ambiental’ e a novíssima de ‘refugiado econômico’ (ambas de utilização não consensual) associam-se ao entendimento já estabelecido de refugiado *stricto sensu*, estendendo a concepção do deslocamento forçado para além da esfera tradicionalmente aceita do político” (2007, p. 5).

³² A maioria dos informantes ciganos relacionava a violência contra eles à emergência da democracia no Leste Europeu. A crítica à democracia, como o momento a partir do qual rivalidades étnicas são mobilizadas no jogo político, não estava acompanhada, contudo, de um sentimento nostálgico em relação ao comunismo. Eles tinham visão crítica tanto da democracia capitalista quanto do comunismo. Apesar disso, eles insistiam que a emergência de um discurso anticigano tem a ver com a oportunidade política criada pela democracia. Como argumenta Fredrik Barth, “sistemas mais democráticos de governo podem oferecer um campo mais amplo de rivalidades que pode levar a mobilizações e movimentos étnicos (...). Esses sistemas oferecem um campo aberto para rivalidades e liderança política e, caso exista essa base de contrastes étnicos em termos de identidade que possa ser trabalhada, seguramente alguém irá usá-la” (2007, p. 28). Além disso, a democracia não corresponde necessariamente a maior tolerância e, como qualquer regime, também envolve uma política de exclusões (HERZFELD, 1997).

os ciganos enfrentam sérios problemas de discriminação racial e, por isso, 90% estão desempregados no país. Para Lefebvre, a razão pela qual os ciganos deixam a República Checa é econômica e, para dar um exemplo que fundamenta sua opinião, ele cita o caso da chegada de um grupo de ciganos no aeroporto de Toronto, que deixou o Canadá ao saber que não teria auxílio financeiro imediato ao seu desembarque:

Vários recém-chegados vieram somente por motivos econômicos. Em um exemplo flagrante, em agosto de 1997, um grupo de 17 ciganos partiu do Aeroporto Internacional de Toronto dentro de 24 horas sem pedir *status* de refugiado, porque eles estavam desapontados por não terem recebido doações financeiras e moradia imediatamente após a chegada (LEFEBVRE, 2003, p. 319).

Existem vários artigos na imprensa canadense abordando a chegada de ciganos no Canadá reclamando refúgio³³. Em muitos desses artigos, o discurso de Jason Kenney afirma a condição não genuína de refúgio dos ciganos por serem oriundos de países democráticos. Para o ministro Kenney, sendo um país reconhecidamente democrático e membro da União Europeia, ele não pode produzir refugiados. O ministro afirma que os casos de violência e perseguição aos ciganos na República Checa, por exemplo, podem ser resolvidos pelo país que conta com departamentos especializados para tratar da questão, como o Ministério dos Direitos Humanos.

Durante encontro da União Europeia, quando interrogado sobre o reconhecimento pelo Estado canadense de que os ciganos são perseguidos por grupos nacionalistas na Europa, o ministro Kenney respondeu que discorda da política do IRB, que atua independente do *Minister of Citizenship, Immigration and Multiculturalism*: “As crenças e conclusões do governo contrariam marcadamente as do IRB, que havia concedido estatuto de refugiado à maioria dos requerentes *Roma*. Este é um paradoxo interessante que vai além da questão dos vistos entre o Canadá e a República Checa e que é merecedor de maior exploração” (LEFEBVRE, 2003, p. 320).

³³ Apesar do alto número de notícias, os ciganos representam apenas 7,5% do total anual de 20.000 refugiados no Canadá (KENERMAN, 2008).

O reconhecimento dos ciganos como refugiados pelo Estado canadense causa desconforto para os governos europeus, como o da República Checa, país recém-chegado à União Europeia. Durante encontros com governantes europeus, o ministro Kenney procurou explicar que o descompasso entre a sua opinião e os altos índices de aceitação dos pedidos de refúgio de ciganos da República Checa e Hungria pelo IRB tem a ver com a política independente do IRB e o fato dos ciganos estarem se aproveitando da política canadense. Para Jason Kenney, as estatísticas estão distorcidas, indicando que o número de pedidos por checos representa um abuso do sistema canadense de asilo (TAYLOR, 2000). Considerando que os ciganos não são refugiados, Stéphane Lefebvre e o ministro Kenney defendem que medidas sejam adotadas para reduzir o número de pedidos de refúgio junto ao IRB, como a reimposição de visto de entrada para cidadãos da República Checa, que havia sido suspenso pouco tempo atrás. Como não pode intervir na política do IRB, o ministro Kenney recorreu a essa medida, que implicou na expressiva diminuição dos pedidos. Em 1997, com a retirada da exigência de visto, houve um total de 1.509 pedidos de refúgio da República Checa. Depois da reimposição do visto, em 1998, houve 53 pedidos e 60, em 1999 (LEFEBVRE, 2003).

De fato, a reintrodução do visto é apontada como uma medida eficaz para a diminuição dos pedidos (KENERMAN, 2008). Para Stéphane Lefebvre, a medida adotada pelo ministro Kenney foi necessária porque os ciganos estavam se aproveitando da facilidade da política canadense: “O Canadá é o país mais fácil no mundo para um imigrante ganhar *status* de refugiado. Ele é também o país mais fácil no mundo para fraudar o pedido e ganhar *status* de residente permanente”. A reimposição do visto aparece, portanto, como uma resposta ao número exagerado de pedidos de refúgio. Em declaração à imprensa, o ministro Kenney sustenta sua decisão:

Eu não posso tolerar uma situação onde *se veem* pessoas simplesmente obtendo uma passagem aérea, chegando aqui e dizendo a palavra mágica ‘refugiado’, recebendo *status*, ganhando uma autorização de trabalho e/ou benefícios sociais. Isso é um insulto para milhões de pessoas que aspiram vir para o Canadá legalmente (CAPARINI, 2010, p. 15).

Em entrevista, o tradutor do IRB defendeu a atuação rigorosa do juiz durante a audiência de I Skapik, baseado no “mesmo discurso” do ministro Jason Kenney. Para o tradutor, o juiz agiu com a rigidez necessária, questionando toda a narrativa apresentada, porque as pessoas se aproveitam da política de refúgio canadense. O tradutor ainda comentou que sendo I Skapik “malandro³⁴ e inteligente”, o juiz deveria realmente questioná-lo e exigir provas ainda mais concretas do que as apresentadas. Quando perguntei sobre a dificuldade em se conseguir provas (que atestem perseguição étnica e racial na República Checa), ele disse que embora fosse verdade que policiais e médicos checos não registrassem os casos, os ciganos são realmente “malandros” e muitos estão se aproveitando do Canadá. O tradutor disse ainda que, baseado em sua experiência com ciganos na República Checa, poderia afirmar que eles são “malandros” e “inteligentes”, exigindo do IRB atenção especial na análise de seus pedidos.

Explorando essa ideia de que os ciganos são “malandros”, o tradutor deu dois exemplos. Primeiro, o fato dos ciganos terem ido para o Canadá em grande número assim que foi retirada a exigência de visto para os nacionais da República Checa. O tradutor observa que, em pouco tempo, muitos ciganos conseguiram *status* de refugiado no Canadá, “porque eles foram rápidos e o governo, devagar”. Até o momento em que o ministro Jason Kenney tomou alguma atitude para restringir a chegada de mais ciganos, eles já tinham chegado em um bom número e estabelecido redes de relações, que passam também pelo RCC. Segundo, para o tradutor, os ciganos são “malandros” porque aprenderam a lidar com o sistema canadense rapidamente, em especial com as audiências. Na visão do tradutor, ao apresentarem um discurso compatível com a narrativa política do RCC, os ciganos correspondem às expectativas do IRB para a definição de refugiado. Quer dizer, a narrativa de vitimização dos ciganos, construída pelo RCC, pode ser considerada perfeita no que se refere à justificação de refúgio. Na opinião do tradutor, muitos ciganos merecem o

³⁴ O tradutor do IRB utilizou a palavra *smart* que pode ser traduzida como “esperto” ou, como usarei aqui, pelo termo “malandro”. A definição de malandro, proposta pelo antropólogo Roberto DaMatta, deve ser realçada, pois nela encontra-se a ideia de um sujeito que vive nos interstícios da ordem e da desordem em busca de vantagens. Vê. DaMatta (1997) [1979].

status de refugiado, mas outros estão apenas repetindo a mesma história de sucesso que ouviram de algum parente ou amigo.

Como observa Robert Barsky, quem pesquisa o processo de refúgio percebe que a audiência com o juiz pode ser vista como uma avaliação da capacidade do requerente para construir uma imagem apropriada de refugiado, isto é, que corresponda às expectativas de quem toma as decisões. A construção da verdade depende de uma performance. Como resultado, os requerentes que são mais capazes de navegar e compreender as expectativas do país de acolhimento tendem a produzir uma imagem de “refugiado” de sucesso, enquanto outros cuja narrativa e apresentação de si não se encaixam em tais expectativas podem ser mal interpretados e rejeitados (BARKSKY, 1994).

A referência aos ciganos como “malandros” e possíveis “proveitadores” do sistema canadense pode ser observada no discurso da mídia, de funcionários e representantes do Estado³⁵. Esse discurso estrutura uma narrativa na qual os ciganos são vistos como aproveitadores da política canadense. Existe uma polarização no que se refere ao discurso público em relação aos ciganos. Uma polarização que é conveniente, pois se eles são vítimas, cabe ao Canadá, como um país comprometido com os direitos humanos, protegê-los. Mas se eles são aproveitadores, possíveis criminosos, o governo canadense deve restringir seu acesso ao país cuja “missão é proteger vítimas verdadeiras” (LEFEBVRE, 2003).

Os jornais oferecem bons exemplos para observar esse binarismo – perseguidos e vítimas *versus* trapaceiros e criminosos – e sua materialização. Sem querer estabelecer uma narrativa linear, observo que, quando os pedidos de refúgio tinham uma boa taxa de aceitação pelo IRB (acima de 80% para ciganos de vários países europeus, como Eslováquia e República Checa), logo no começo de sua chegada, no final da década de 1990, a narrativa de perseguição e vitimização era reconhecida ou, ao menos, não abertamente questionada. Até mesmo nos jornais que costumam explorar o estereótipo dos ciganos como criminosos, eles eram

³⁵ Herzfeld argumenta que os estereótipos são mobilizados pelos Estados, embora frequentemente o seu uso e difusão sejam atribuídos ao discurso popular. Agentes do Estado mobilizam estereótipos e os utilizam na construção de representações públicas e essas construções são naturalizadas na vida social (HERZFELD, 1997).

descritos como vítimas da perseguição de grupos neonazistas. Vítimas que estavam encontrando proteção e refúgio no Canadá, um país reconhecido por ser uma nação multicultural com políticas premiadas de abrigo e proteção aos perseguidos³⁶. Muitos jornais passaram inclusive a adotar a categoria *Roma* para se referir aos ciganos, atendendo à recomendação do RCC, e da política multicultural canadense (BUTLER, 2009). Quando, no entanto, o ministro Jason Kenney passou a desqualificar a narrativa política de vitimização, recorrendo a velhos estereótipos em relação aos ciganos, a narrativa de suspeição ganhou força. Citando o ministro Kenney, os jornais passaram a explorar a possibilidade do Canadá em vez de proteger vítimas, importar criminosos. Nesse contexto, a prisão de um jovem casal romeno que reclamava *status* de refugiado, preso sob acusação de furto em uma loja de bebidas, foi amplamente mencionada por políticos, como Jason Kenney, e noticiada pela imprensa.

O discurso de suspeição e o uso de estereótipos em relação aos refugiados no Canadá não se limitam aos ciganos, incluindo outras minorias étnicas, religiosas e nacionais, como tamis, muçulmanos e mexicanos. No caso dos ciganos, contudo, as consequências da evocação aos estereótipos se materializaram através de práticas, como a determinação de que os pedidos de refúgio de nacionais da República Checa fossem condicionados a uma análise da ficha criminal dos reclamantes junto ao Estado checo. De acordo com Kenerman, essa foi a primeira vez que o governo canadense decidiu analisar relatórios de antecedentes criminais de solicitantes de refúgio junto aos seus países:

O *Department of Citizenship and Immigration* do Canadá tratou os ciganos checos como uma ameaça à lei e à ordem, impondo consultas criminais em relação a eles. Esse controle tornou-se rotina depois do 9/11, embora ele tenha sido sem precedentes na época. Para justificar a necessidade das verificações criminais, o CIC reforçou e aprofundou um dos estereótipos mais negativos sobre os *Roma* (KENERMAN, 2008, p. 239).

³⁶ O Canadá é reconhecido como um país com progressivo e *forward-thinking social programs* e está entre os melhores países no que se refere aos índices de qualidade de vida, educação e saúde (UN HUMAN DEVELOPMENT REPORT, 2006).

O antropólogo Michael Herzfeld argumenta que os estereótipos representam uma forma de se “fazer coisas com palavras” e possuem consequências materiais. Porém, quem usa o estereótipo e quando se usa? Essas são perguntas que devem ser feitas para não se esvaziar as possibilidades analíticas do estereótipo (HERZFELD, 1997, p. 203). O ministro Jason Kenney evocou o estereótipo para restringir o acesso ao país de uma determinada minoria étnica. Abandonou-se a perspectiva humanitária, mas em nome da proteção nacional. Em resposta à narrativa de vitimização do RCC, Kenney argumentou que os canadenses podem estar sendo ameaçados por sua própria generosidade: “Querendo proteger vítimas, estão importando criminosos”. Por isso, o ministro disse que foi obrigado a adotar certas medidas, como a exigência da análise criminal dos cidadãos da República Checa que pedem refúgio no Canadá.

Os estereótipos são performativamente mobilizados. Ainda que negados, eles são evocados como um contraponto discursivo. Os agentes políticos ciganos reclamam da exotização da identidade cigana através de estereótipos. Porém, ao mesmo tempo que reclamam da exotização, eles oferecem narrativas igualmente exotizantes: como a narrativa sobre a origem indiana e guerreira dos ciganos e sua unidade como grupo ao longo da história. Em seu estudo sobre a construção da narrativa nacional grega moderna, Herzfeld escreve que a exotização nacionalista

é realmente uma ironia instrutiva: como autodenominados ocidentais discursivamente procuram se distanciar do ‘atavístico’ dos Balcãs e mundo muçulmano, geralmente denunciando uma suposta falta de racionalidade nessas populações, eles encontram-se imitando precisamente a mesma estratégia paradoxal de, simultaneamente, exotizar seu próprio passado e apontar para ele como a fonte de seu caráter nacional (1997, p. 136).

Neste texto, as estratégias discursivas e representacionais acionadas por Ronald Lee e outros atores para construir uma identidade cigana pública são apresentadas. Considero que essa publicização deve ser acompanhada de uma análise que contextualize o lugar a partir do qual os agentes políticos produzem seus discursos. Como Jean Jackson (1995) apontou, quando usamos um argumento construtivista para mostrar como eles, os agentes políticos, têm que ser o que eles agora dizem

que são, na verdade, estamos colocando-os em risco, porque torna mais fácil para o Estado dizer “Ah, então não é real, que está apenas inventando-se” (imaginando-se). Porém, pode-se dizer a mesma coisa sobre o Estado. Como Herzfeld argumenta, é um erro a tendência a tratar o que o Estado faz como sendo de um tipo totalmente diferente do que as pessoas comuns fazem. De fato, estes são processos sociais, em grau igual. O Estado, porém, tem uma capacidade muito maior para reivindicar um penhor sobre a sua eterna verdade. O Estado consegue de forma mais poderosa naturalizar sua imaginação (HERZFELD, 1997, p. 32).

Nesse sentido, sendo o Canadá um país especialmente preocupado em enfatizar seus valores liberais e humanitários, parte de um projeto mais amplo de nação multicultural (KENERMAN, 2008, p. 232), o reconhecimento dos ciganos como aproveitadores e possíveis criminosos justifica, na perspectiva do ministro Kenney, a necessidade de práticas que restrinjam seu acesso ao país (LEFEBVRE, 2003). A análise da ficha criminal, uma vez justificada pelo estereótipo dos ciganos como pessoas não confiáveis, não compromete, dessa forma, a representação internacional do Canadá como um lugar de refúgio e proteção aos perseguidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACTON, T. *Gypsy politics and social change*. London: Routledge and Kegan Paul, 1974.
- _____. Human rights as a perspective on entitlements: the debate over “Gypsy” fairs in England. *Essex Human Rights Review*, v. 1(1), 2004.
- ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- AUZIAS, C. *Samudaripen: le genocide des tsigane*. Paris: L'Éspirit Frappeur, 2004.
- BARTH, F. Etnicidade e o conceito de cultura. *Antropolítica*, n. 19, pp.15-30, 2007.
- BARSKY, R. F. *Constructing a productive other: discourse theory and the convention refugee hearing*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamin's Publishing Company, 1994.
- BERNAL, J. Anglune Lava. In: HANCOCK, I. *We are the Romani people*. Hatfield: University of Hertfordshire Press, 2002, pp. xv-xvi.
- BUTLER, J. Contested histories and identities: Romani refugees in Toronto. Tese (Doutorado em Antropologia). University of Western Ontario, Anthropology Department, 2009. 142 p.
- BURTON, R. *The Gypsy, The Jew and El Islam*. London: Hutchinson & Co., 1898.
- CAPARINI, M. State protection of the czech Roma and the canadian refugee system. *CEPS Liberty and Security in Europe*. (Centre for European Policy Studies), 2010.
- DAMATTA, R. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997 [1979].
- EILBAUM, L. *O bairro fala: conflitos, moralidades e justiça no conurbano bonaerense*. Tese (Doutorado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense (PPGA/UFF), Niterói, 2009.
- ERIKSEN, T. *Common denominators: ethnicity, nationbuilding and compromise in Mauritius*. Oxford; New York: Global Issues, 1998.
- FEYS, C. Towards a new paradigm of the nation: the case of the Roma. *PATRIN* sem página, 1998.
- FISCHER, A. *Between nation and State: examining the international Romani unions*. Senior Projects Spring 2011. Paper 12. Disponível em: http://digital-commons.bard.edu/senproj_s2011/12.

- GEERTZ, C. *O saber local: novos ensaios em Antropologia Interpretativa*. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GELLNER, E. *Nations and nationalism*. Oxford: Blackwell, 1983.
- GUY, W. 'No soft touch': Romani migration to the UK at the turn of the twenty-first century. *Nationalities Papers*, 31:1, pp. 63-79, 2003.
- HANCOCK, I. *We are the Romani people*. Hatfield: University of Hertfordshire Press, 2002.
- _____. The emergence of Romani as a Koïné outside of India. In: ACTON, Thomas (Ed.). *Scholarship and the Gypsy struggle: commitment in Romani studies*. Hatfield: University of Hertfordshire Press, 2000, pp. 1-13.
- HERZFELD, M. *Cultural intimacy: social poetics in the Nation-State*. New York; London: Routledge, 1997.
- _____. As ideias são lugares (entrevista). *Etnográfica*, v. II (1), 1998, pp. 149-166.
- HOLY, L. *The Little Czech and the Great Czech Nation: national identity and the post-communist social transformation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- JACKSON, J. E. Culture, genuine and spurious: the politics of indianness in the Vaupés, Colombia. *American Ethnologist*, v. 22 (7), pp. 3-27, 1995.
- KANT DE LIMA, R. A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1995. v. 1. 164 p.
- _____. Sensibilidades jurídicas, saber e poder: bases culturais de alguns aspectos do Direito brasileiro em uma perspectiva comparada. *Anuário antropológico*. Rio de Janeiro, v. 2, 2010, pp. 25-51.
- KENERMAN, G. Refugee interdiction before heaven's gate. *Government and Opposition*, v. 43, n. 2, pp. 230-248, 2008.
- KENRICK, D.; PUXON, G. *The destiny of Europe's Gypsies*. London: Sussex University Press and Chatto-Heibemann, 1972.
- KIRTK, M. Review of leaving shadows: literature in English by Canada's Ukrainians by Lisa Grekul. *Great Plains Quarterly*. Paper 1519. 2007. Disponível em: <http://digitalcommons.unl.edu/greatplainsquarterly/1519>.
- LACROIX, M. Canadian refugee policy and the social construction of the refugee claimant subjectivity: understanding refugeeeness. *Journal of Refugee Studies*, v. 17 (2), pp. 147-166, 2004.

- LEE, R. *Goddam Gypsy*. Montreal: Tundra Books, 1971. (relançado como *The Living Fire*. Toronto: Magoria Books, 2009).
- _____. Post-Communism Romani migration to Canada. *Cambridge Review of International Affairs*, v. XIII, n. 2, spring/summer 2000, pp. 51-70.
- _____. *Learn Romani*. Hatfield: University of Hertfordshire Press 2008.
- _____. *Romani Dictionary: Kalderash - English*. Toronto: Magoria Books, 2010.
- LEFEBVRE, S. Recent research Roma and the Czech-Canadian visa issue (1998-9). *Contemporary Politics*, v. 9, n. 3, sep. 2003.
- LERNER, K. *Holocausto, memória e identidade social: a experiência da Fundação Shoah*. Tese (Doutorado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ), 2004.
- LIEGEOIS, J. P. *Los gitanos*. México: Fundo de Cultura Econômica, 1988.
- MARCHBIN, A. A. Gypsy immigration to Canada. *Journal of the Gypsy Lore Society*, 3rd ser., v. 13 (3), pp. 134-139, 1934.
- MARUSHIAKOVA, E.; POPOV, V. The Roma: a nation without a State?. In: *Mitteilungen des SFB "Differenz und Integration"* 6: Segmentation und Komplementarität, 14, 2004, 71-100.
- _____. Holocaust, Porrajmos, Samudaripen. Tworzenie nowej mitologii narodowej. *Studia Romologica*, 2010.3, pp. 75-94.
- MATRAS, Y. The role of language in mystifying and de-mystifying Gypsy identity". In: SAUL, N.; TEBBUTT, S. (Eds.). *The role of the Romanies*. Liverpool University Press, 2004.
- MAKIN, K. Crown calls Gypsies 'Roma', destroys own case. *Globe & Mail National Newspaper*, 25 may 2003.
- NOVICK, P. *The holocaust in american life*. Boston, New York: First Mariner Books, 2000.
- PINTO, P. G. H. Etnicidade e nacionalismo religioso entre os curdos da Síria. *Antropolítica*, dossiê "Fronteiras e passagens: fluxos culturais e a construção da etnicidade", n. 19, Niterói, 2005.

- POLANSKY, P. Using oral histories and customs of the Kosovo Roma as a guide to their origins. In: MARSH, Adrian (Org.) *Gypsies and the problem of identities: contextual, constructed and contested*. I.B. Tauris/Swedish Research – Istanbul, August 2006.
- PÓVOA NETO, H. Rejeitar, sinalizar, conter: as barreiras físicas à mobilidade como dispositivos de política migratória. 31. *Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)*, Caxambu. Home Page do 31º Encontro Anual da ANPOCS, 2007.
- ROUSSEAU *et al.* The complexity of determining refugeehood: a multidisciplinary analysis of the decision-making process of the Canadian immigration and refugee board. *Journal of Refugee Studies*, v. 15, n. 1, 2002, pp. 43-70.
- SAID, E. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SALO, M.; SALO, S. *The Kalderaš in Eastern Canada*. Ottawa: National Museums of Canada, 1993 [1977].
- SILVERMAN, C. Urban Anthropology. *Urban Gypsies*, v. 11, n. 3/4, fall-winter 1982, pp. 377-398.
- SINGH *versus* Canada (Minister of Employment and Immigration) [1985] 1 S.C.R. 177.
- SOUZA, M. Ciganos, Roma e Gypsies: projeto identitário e codificação política no Brasil e Canadá. Tese (Doutorado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense (PPGA/UFF), 2013. 352 p.
- ST. CLAIR, P. Migration of hungarian Roma to Canada (and back). *Paper* apresentado durante a conferência “Forced migration: human rights challenges”. *Canadian Association for Refugee and Forced Migration Studies*, 2007.
- SUTHERLAND, A. “The american Rom: a case of economic adaptation. In: REHFISCH, Farnham (Ed.). *Gypsies, tinkers and other travellers*. New York: Harcourt, Brace Jovanovich, 1975, pp. 1-40.
- _____. *Gypsies: The hidden americans*. London: Tavistock Publications, 1975.
- TAYLOR, L. Czech Roma seek safe heaven. *The Toronto Star*. June 12, 2009.

TONIMATO, P. The making of gypsy diaspora. *Journal Transnational Studies*, (forthcoming), 2007. Disponível em: <http://www.diasporas.ac.uk/assets/The%20Making%20of%20Gypsy%20Diasporas.pdf>.

TURNER, V. *Dramas, fields and metaphors: symbolic action in human society*. Ítaca, Londres: Cornell University Press, 1974.

VERMEERSCH, P. Ethnic minority identity and movement politics: the case of the Roma in the Czech Republic and Slovakia. *Ethnic and Racial Studies*, v. 26, n. 5, sep. 2003, pp. 879-901.

